

PALAVRA DA PRESIDENTA

Aos 52 anos de atividade, o Banco do Estado de Sergipe está vivendo, com muito entusiasmo, suas realizações no Estado de Sergipe. Dotado de um sistema de governança corporativa mais representativo, transparente e alinhado às melhores práticas do mercado, essa empresa passa por um momento importante de sua história, marcado por evidentes conquistas e progressos visíveis.

Reafirmando a convicção nos rumos traçados para o futuro, em 2013, alcançou, com orgulho, a marca de R\$ 279 milhões em Patrimônio Líquido, o maior de sua história. A robustez da nova marca, o conceito diferenciado de atendimento e as ações proficientes de seus 1.123 funcionários permitiram ao Banco encerrar com resultados promissores um ano cheio de enormes desafios, ao lado de seus mais de 521 mil clientes, com os quais divide riquezas e compartilha sonhos.

Em busca de melhorias contínuas, exigidas pela atividade extremamente competitiva, a empresa revisou seu Planejamento Estratégico e incrementou esforços para alcançar suas metas: contratou novos funcionários, investiu na segurança de suas unidades, promoveu maior qualidade na aplicação de seus ativos, incentivou a cultura e iniciou, na prática, o aproveitamento das oportunidades que as tecnologias digitais e as redes sociais oferecem ao seu mercado de atuação. Nesse sentido, ampliou e melhorou de forma significativa os canais de atendimento, oferecendo aos clientes mais segurança e qualidade de acesso aos seus produtos e serviços por meio do novo Internet Banking, do Módulo de Proteção Banese, dos aplicativos para smartphones e tablets e do Portal do Servidor. Além disso, investiu fortemente em campanhas publicitárias que tornaram os slogans "Do seu Jeito", "Faz parte da Gente" e "Saia da Fila" marcas oficiais desse novo ciclo de modernização e que ampliaram a popularidade da empresa que tem a sergipianidade sempre presente em suas ações.

Para 2014, a expectativa é que o Banese prossiga firme em seu propósito de contribuir para o desenvolvimento de Sergipe, cumprindo fielmente sua missão e abrindo os caminhos para transformar os obstáculos apresentados pelo concorrido mercado em que atua em negócios inovadores.

Agradecendo a todos que contribuíram para os bons resultados de 2013, reafirmamos o compromisso de contribuir para uma cultura empresarial mais solidária e comprometida com a geração de prosperidade compartilhada, produzindo riqueza para os acionistas e para a sociedade.

Vera Lúcia de Oliveira
Presidenta

AMBIENTE ECONÔMICO

Num contexto de recuo da inflação e sinais de recuperação na principais economias maduras, a atividade global permaneceu em ritmo comedido em 2013, com destaque para o impulso nos Estados Unidos, Reino Unido e China e moderação na Europa e no Japão.

Estimulada pelas expectativas em relação ao início do processo de normalização da política monetária nas maiores economias, em especial nos EUA, a volatilidade das taxas de câmbio aumentou gradativamente durante o ano, com importantes efeitos sobre a precificação de ativos financeiros, que impactaram as condições de financiamento dos países emergentes ocasionando queda nos mercados acionários e desvalorizações cambiais.

No Brasil, após forte crescimento observado no segundo trimestre, a atividade econômica brasileira recuou nos últimos meses e o país teve mais um ano decepcionante em termos de crescimento, registrando contração de 0,5 p.p em seu Produto Interno Bruto. O quadro inflacionário apertado, refletido pelo IPCA acima do teto da meta, direcionou as ações do governo para a contenção da alta nos índices de preços, com medidas de desoneração da folha de pagamento, redução das tarifas de energia e aumento da taxa básica de juros.

Apesar dos indicadores abaixo das expectativas, a atividade doméstica continuou sendo positivamente influenciada pela evolução benigna do mercado de trabalho e pelos efeitos dos programas de concessão de serviços públicos. Ainda no âmbito doméstico, após oscilar de modo expressivo e atingir a cotação máxima em meados de agosto, o dólar encerrou o ano negociado a R\$ 2,34, contido, em parte, pelo programa de oferta de proteção cambial implementado pelo Banco Central, sempre vigilante aos níveis elevados de inflação.

O crescimento do crédito seguiu a tendência observada desde os primeiros meses de 2013, refletindo a acomodação das condições de oferta e demanda por recursos bancários. Fatores pontuais contribuíram para a moderação dos empréstimos: a apreciação cambial, no segmento de pessoas jurídicas e os impactos da greve dos bancários, no crédito a pessoas físicas. Os índices de inadimplência continuaram em declínio e as taxas de juros aumentaram, reflexo da trajetória da Selic, que chegou a 10,0% a.a. em novembro último. Não obstante, o estoque de operações atingiu R\$ 2,6 bilhões, o que representa um aumento de 14,5% em doze meses, correspondendo a 55,6% do PIB. Os financiamentos para pessoas físicas cresceram 16,3% e para jurídicas 13,3%.

No que se refere a Sergipe, constata-se que as condições econômicas do Estado acompanharam o desenrolar dos acontecimentos no cenário nacional: as exportações sofreram redução de 60% em 12 meses ocasionando déficit da balança comercial de US\$ 6,9 milhões. Esse resultado pode ser atribuído à importação de insumos produtivos e equipamentos pelas indústrias locais. No acumulado do ano registrou-se um crescimento de 3% no número de empresas abertas. Não obstante, os dados de emprego no comércio apresentaram comportamento superior em relação ao mesmo período do ano passado, com saldo positivo de 457 pessoas empregadas até setembro contra um saldo positivo de 96 pessoas no mesmo mês em 2012. As transferências provenientes do FPE – Fundo de Participação dos Estados cresceram 15,2% e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, 15,0%.

Diante das exigências impostas pelos cenários socioeconômicos que permeiam nosso mercado de atuação, a administração do Banese pondera que as ações e projetos realizados em 2013 trouxeram as condições necessárias para que a instituição mantenha o foco na expansão da base de clientes, do portfólio de produtos e serviços, o apoio ao corpo funcional, além do incentivo às manifestações culturais e artísticas, mantendo o sentimento de sergipianidade, muito presente na instituição e assim viverá 2014, no cumprimento da sua missão institucional.

PERFIL CORPORATIVO

Missão

Promover o desenvolvimento de Sergipe fornecendo soluções financeiras de forma sustentável, gerando valor para seus clientes e acionistas.

Visão

Aumentar a participação no desenvolvimento de Sergipe, sendo o Banco preferencial, crescendo os seus indicadores de sustentabilidade.

Valores

- Responsabilidade Social
- Qualidade
- Valorização dos Empregados
- Rentabilidade e Produtividade
- Gestão Profissionalizada
- Credibilidade
- Comprometimento
- Inovação
- Satisfação dos Clientes

Posicionamento do Banco do Estado de Sergipe S.A

O Banco do Estado de Sergipe S.A – Banese – sociedade de economia mista, cujo acionista majoritário é o Governo do Estado de Sergipe, com participação adonária de 90%, foi criado no dia 13 de novembro de 1961, pela Lei Estadual nº 1.068 e obteve autorização para funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 31 de julho de 1963, através da Carta Patente nº 7.547.

O Banese, desde a sua criação, atua como agente de desenvolvimento do Estado de Sergipe, seja no fomento econômico através do estímulo à inclusão bancária e acesso ao crédito sustentável, seja na promoção de ações de responsabilidade socioambiental.

Com sua transformação em Banco Múltiplo, opera nas Carteiras de Crédito Comercial, Imobiliário, Industrial e Rural. O Banco compreende um consolidado econômico com a Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda (Banese Card). Além disso, fazem parte da marca a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (Serguis), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (Casse), a Associação Atlética Banese (AAB) e o Instituto Banese, responsável pela gestão da responsabilidade socioambiental e pelo apoio às manifestações culturais.

Canais de Atendimento

O Banese dispõe de canais de atendimento que garantem sua cobertura em todo o Estado de Sergipe, como também nos Estados de Alagoas, Bahia e Paraíba. O Banco disponibiliza aos seus clientes e usuários 827 pontos de atendimento, assim distribuídos:

- 61 agências;
- 11 postos de serviços bancários;
- 459 caixas eletrônicos;
- 267 Pontos Banese (Correspondentes no País);
- Internet Banking;
- Celular Banking;
- Call Center;
- Redes compartilhadas: Banco 24 Horas, Mastercard Maestro (função débito), Mastercard Maestro Cirrus (função débito internacional).

Destacamos ainda a Ouvidoria Banese, que constitui um canal de comunicação direto entre o cliente e a diretoria da qual, tendo a missão de representar os interesses dos clientes e usuários dos produtos e serviços do Banco, quanto às suas reclamações, elogios, sugestões, dúvidas, informações e solicitações. Nesse sentido, por meio da Ouvidoria, o Banese tem o compromisso de melhorar continuamente seus produtos, prestação de serviços e canais de atendimento.

O Banese registrou um total de 1.526 eventos classificados em elogios, sugestões, solicitações, informações e reclamações, através dos canais: Internet, Alô Ouvidoria (0800 284 5757), pessoalmente na Ouvidoria Banese, correspondências, Banco Central do Brasil e Ouvidoria Geral do Estado de Sergipe.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL CONSOLIDADA

Ativo

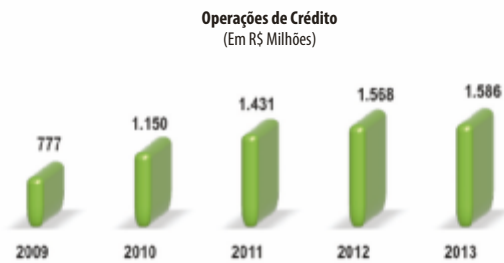
Em consonância com os objetivos do planejamento estratégico, o Banese manteve a dinâmica crescente dos seus ativos consolidados. Desse modo, em 2013, os ativos totais consolidados registraram um saldo de R\$ 3.545 milhões e um crescimento de 18% em relação a 2012 e durante os últimos quatro anos, registra-se um crescimento de 58%¹.



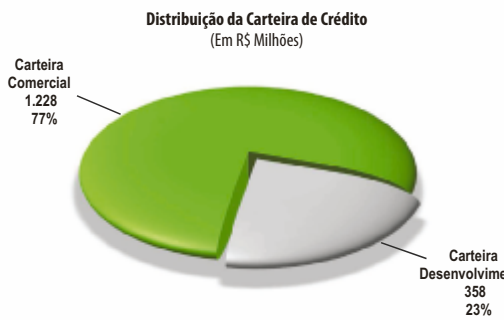
Operações de Crédito

As operações de crédito são as principais fontes geradoras de resultado e também são contempladas em seu planejamento estratégico como política de desenvolvimento regional. Seu direcionamento atinge os segmentos de pessoa física, com destaque para os produtos Credi-Salário e Credi-pessoal e o segmento de pessoa jurídica, através de antecipação de recebíveis e concessão de capital de giro, dentre outros.

Desse modo, a carteira de crédito total do Banese atingiu em 2013, o valor de R\$ 1.586 milhões. Comparando-se com o ano de 2009, observa-se um crescimento de 104,1%, motivado principalmente pela otimização dos canais de atendimento do Banco, o que possibilitou disponibilizar linhas de crédito aos clientes com maior agilidade, comodidade e segurança.



A carteira de crédito comercial é a mais representativa, detendo uma participação de 77%. Esse resultado está alinhado com o perfil corporativo do Banese, através da forte atuação no segmento de varejo comercial, voltado especialmente às pessoas físicas (funcionários públicos). A carteira de desenvolvimento, por sua vez, corresponde a 23% em relação ao total de operações de crédito.

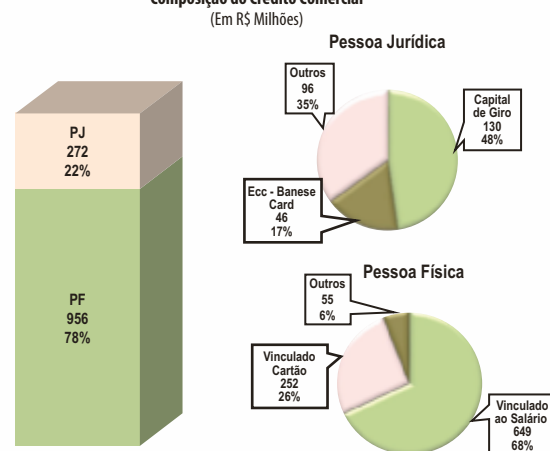


O volume de operações de crédito comercial registrou R\$ 1.228 milhões ao final de 2013 e um aumento de 92% em relação a 2009, quando se tinha um volume de R\$ 638 milhões.



Na carteira comercial, as operações de pessoas físicas somam R\$ 956 milhões (78%), concentradas nos servidores públicos com recebimento de salário no Banese, seguidas das operações vinculadas ao cartão de crédito Banese Card. As linhas de crédito de pessoas jurídicas totalizaram R\$ 272 milhões (22%).

Composição do Crédito Comercial

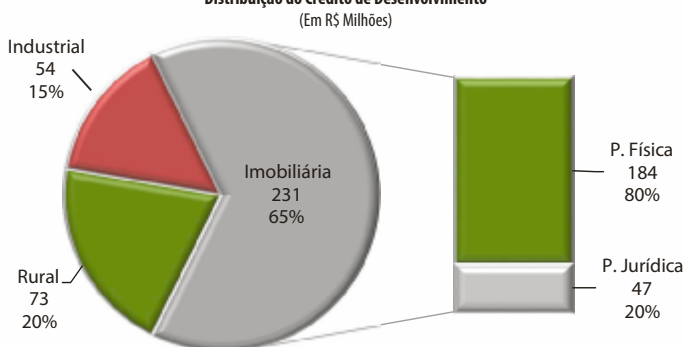


As operações de crédito de desenvolvimento apresentaram saldo de R\$ 358 milhões, um crescimento de 13% em um ano e de 158% no acumulado de quatro anos, quando se tinha um saldo de R\$ 139 milhões. Através dessa carteira de crédito, o Banese contribui cada vez mais para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, aumentando inclusive sua participação de mercado nesse segmento.



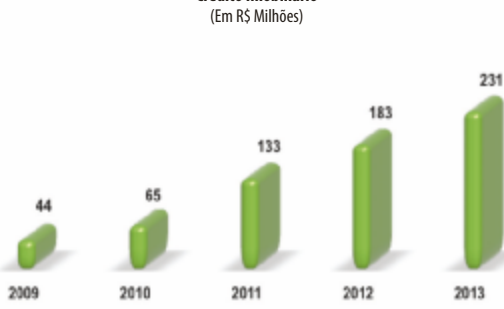
A composição do crédito de desenvolvimento do Banese compõe-se de recursos destinados às operações de crédito industrial, rural e imobiliário. Atualmente, o crédito imobiliário é o mais representativo, obtendo uma participação de 65%, enquanto que o rural e o industrial contribuem com 20% e 15% respectivamente. Ressalte-se que, na carteira do crédito imobiliário, 80% dos recursos são alocados em operações no segmento de pessoa física, o que contribui com a mitigação do risco pela diversidade de clientes contratados e fidelização destes.

Distribuição do Crédito de Desenvolvimento



A performance do crédito imobiliário se originou do direcionamento estratégico dessa carteira a partir de 2008, aliado ao aquecimento do mercado imobiliário local nos últimos quatro anos, seja através das aplicações direcionadas à construção de empreendimentos imobiliários, pelas pessoas jurídicas, seja pela aquisição da casa própria para as pessoas físicas. Em 2013, com o atingimento do valor de R\$ 231 milhões, percebe-se um crescimento de 26% em relação a 2012, e de 425% nos últimos quatro anos.

Crédito Imobiliário

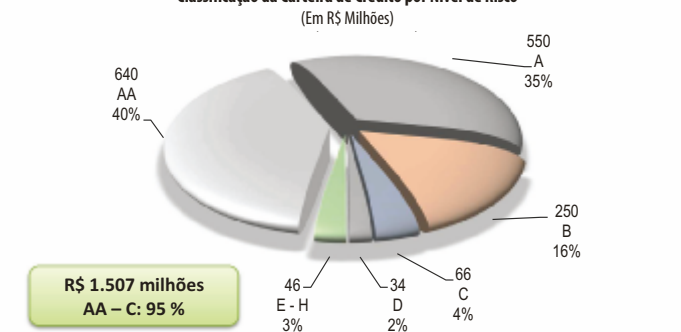


Política de Crédito

O Banese estabelece, em sua política de crédito, diretrizes para análise e concessão de crédito a clientes. A partir da combinação de premissas para concessão (tais como seletividade, garantias, liquidez e diversificação de riscos) de limites de concentração e exposição de crédito e, por fim, de uma estrutura baseada em comitês e alçadas de decisão de

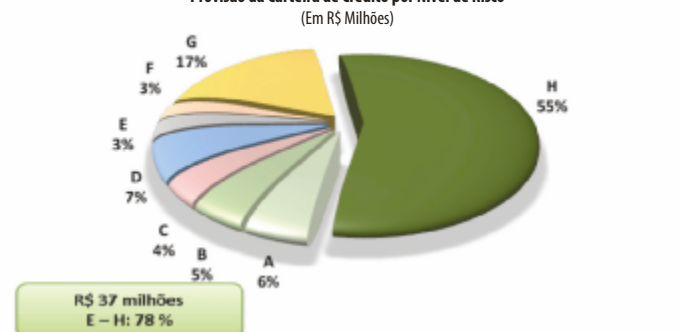
crédito bem definidas, busca-se promover negócios rentáveis para o Banco e qualidade na aplicação dos seus ativos, ambos em associação com a mitigação de riscos. Em 2013, as operações de crédito do Banco se concentraram nos melhores níveis de risco, de modo que 95% delas ficaram classificadas entre os níveis AA a C, o que garante um menor provisionamento sobre as operações de crédito, de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999, cujo percentual se encontra dentro da média do segmento bancário.

Classificação da Carteira de Crédito por Nível de Risco



Com base na classificação acima, registraram-se R\$ 48 milhões a título de provisão para operações de crédito em 2013, o que equivale a 3% da carteira total, conforme pode ser observado no gráfico seguinte.

Provisão da Carteira de Crédito por Nível de Risco



O Banese alcançou, ao término de 2013, um índice de inadimplência de 0,7% sobre suas operações de crédito, considerando um atraso superior a 60 dias. Em relação a 2012, o indicador ficou 0,2 p.p menor e 1,2 p.p em relação a 2009. O bom desempenho do indicador desse Banco comprova atenção sobre seu processo de concessão de crédito, no sentido de conseguir realizar bons negócios com baixos riscos envolvidos.

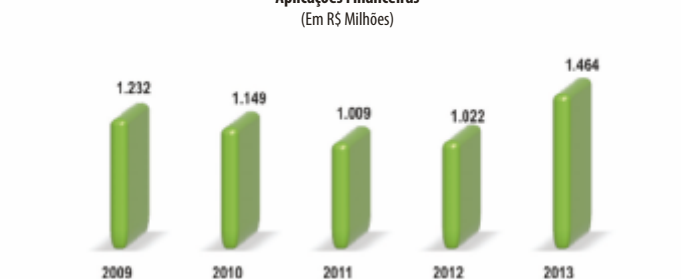
Índice de Inadimplência



Aplicações Financeiras

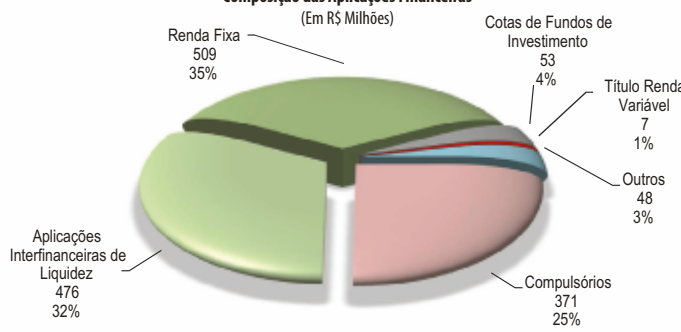
As aplicações financeiras do Banese totalizaram R\$ 1.464 milhões em 2013, um aumento de 43% em doze meses. No decorrer dos últimos quatro anos, observou-se uma redução das aplicações financeiras devido à estratégia do Banco em direcionar a alocação de recursos para a carteira de crédito. Porém, em 2013, as aplicações receberam um incremento significativo de R\$ 442 milhões.

Aplicações Financeiras



Na composição das aplicações financeiras, destacam-se os investimentos em renda fixa, notadamente os títulos públicos federais e outros, que atingiram a marca de R\$ 509 milhões e uma participação de 35%; as aplicações interfinanceiras de liquidez, um percentual de 32% (R\$ 476 milhões). Ademais, os depósitos compulsórios representaram 25% (R\$ 371 milhões) e as cotas de fundos de investimento uma participação de 4% (R\$ 53 milhões). Demais aplicações somadas consolidam 4%.

Composição das Aplicações Financeiras



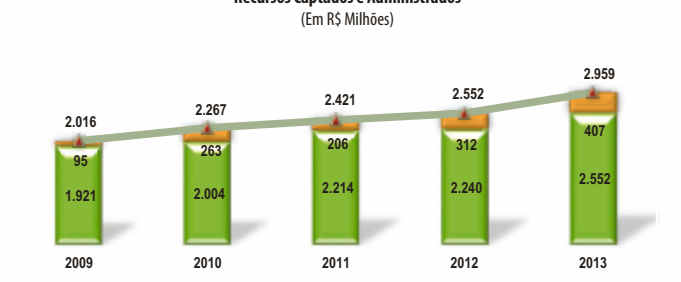
Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados do Consolidado Banese² compreendem a soma dos depósitos totais e dos recursos de terceiros administrados, que apresentaram um montante de R\$ 2.959 milhões em 2013, um crescimento de 16% sobre o saldo de R\$ 2.552 milhões do ano anterior. Ao considerarmos desde o ano de 2009, nota-se um crescimento de 47%.

Os depósitos totais apresentaram um saldo de R\$ 2.552 milhões em 2013, avanço de 14% em relação a 2012, quando seu volume registrado era de R\$ 2.240 milhões. Compõem esse grupamento os depósitos à vista, a prazo, de poupança e interfinanceiros.

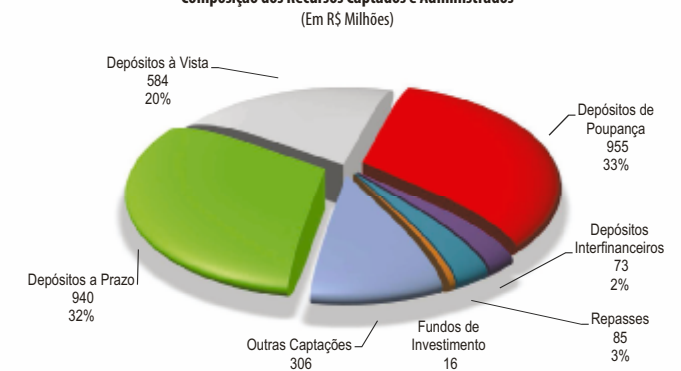
Já os recursos de terceiros administrados são formados pelos fundos de investimento, obrigações por repasses e outras captações. Seu saldo acumulado em 2013 foi de R\$ 407 milhões, evolução de 30% em relação ao ano anterior, que era de R\$ 312 milhões. Esse desempenho foi ocasionado pela estratégia de emissão de letras financeiras.

Recursos Captados e Administrados



Em 2013, os depósitos em poupança participaram com 33% (R\$ 955 milhões), seguidos pelos depósitos a prazo que se destacaram como a principal fonte de captação de recursos do Banese e representaram 32% do total (R\$ 940 milhões) e os depósitos à vista com 20% (R\$ 584 milhões). E, por fim, as outras captações 9% (R\$ 306 milhões), repasses 3% (R\$ 85 milhões), depósitos interfinanceiros 2% (R\$ 73 milhões) e fundos de investimento 1% (R\$ 16 milhões).

Composição dos Recursos Captados e Administrados



¹ Em 2009 não havia consolidação das demonstrações financeiras do Banese.

² Em 2009 não havia consolidação das demonstrações financeiras do Banese.

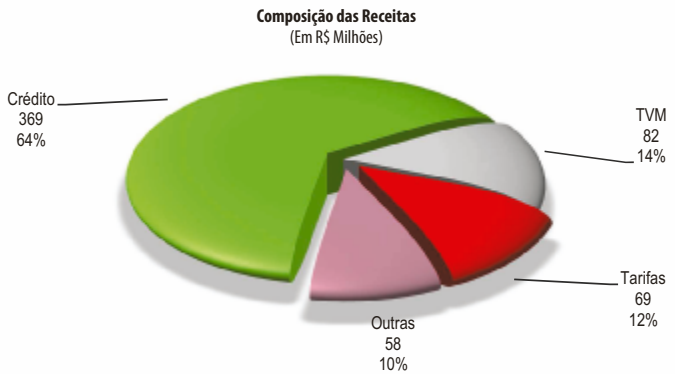
EVOLUÇÃO DO RESULTADO

Receitas e Despesas

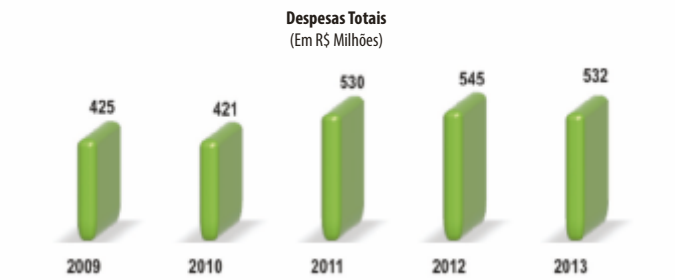
As receitas totais acumularam em 2013 um montante de R\$ 578 milhões. Esse valor apresentou uma redução de 7% em relação às receitas auferidas em 2012. Considerando os últimos quatro anos, ocorreu um crescimento de 27%.



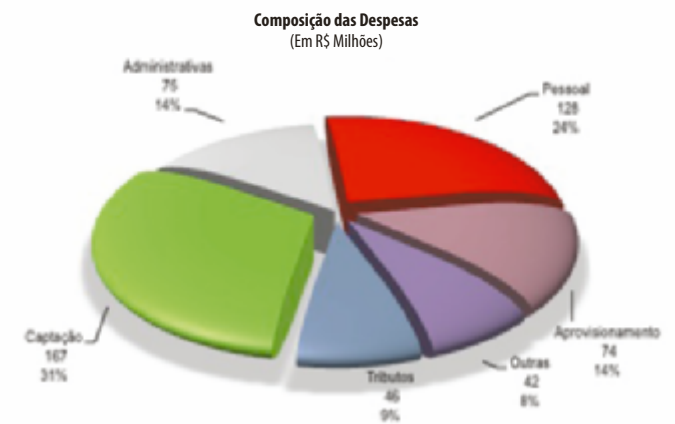
Nesse ano de 2013 as receitas de operações de crédito correspondem a 64% e um saldo acumulado de R\$ 369 milhões, seguidos das receitas com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) com 82 milhões e 14%, receitas de tarifas em 12% de participação, cujo montante acumulado é R\$ 69 milhões e outras receitas no valor de R\$ 58 milhões que correspondem a 10%.



Nesse período, as despesas totais do Banese registraram um saldo de R\$ 532 milhões, uma queda de 2% ante às despesas acumuladas em 2012, quando se registrou a cifra de R\$ 545 milhões. Esse desempenho foi alcançado por meio de ações efetivas e controle mais rígido das despesas.



A composição das despesas totais apresentou a despesa de captação com um percentual de 31% e as despesas com pessoal, com 24%. É válido ressaltar que, para fins de acompanhamento gerencial, as despesas de pessoal são aqui apresentadas separadamente em relação às outras despesas administrativas.



Lucro Líquido

O lucro líquido auferido pelo Banese foi de R\$ 58 milhões, com retração de 34% em relação ao mesmo período de 2012, consequência, de modo geral, da desaceleração do volume de negócios, essencialmente no segmento de pessoa jurídica como também redução nas taxas médias das operações de crédito e menor capacidade para geração de resultado da tesouraria em função da volatilidade do mercado financeiro, aliado ao crescimento das despesas de intermediação financeira por conta do aumento das despesas de captação estruturada e da taxa básica de juros da economia (Selic). Em quatro anos, observa-se um incremento de 49% no resultado obtido.



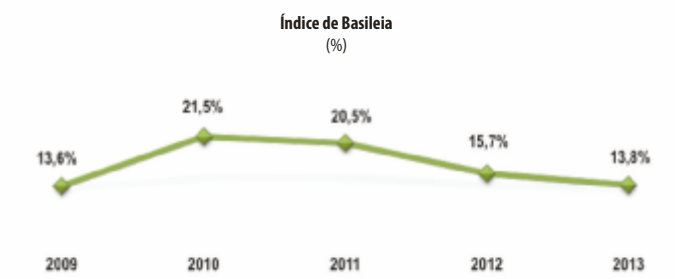
CAPITAL PRÓPRIO

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco registrou um crescimento de 8% em relação a 2012, atingindo a marca de R\$ 279 milhões. Em quatro anos, apresentou elevação de 87%, o que reforça o comprometimento da alta administração do Banese e do Governo do Estado de Sergipe no fortalecimento do patrimônio da instituição, enquanto instrumento de solidez e sustentabilidade financeira.



Conforme legislação em vigor, o Índice de Basileia representa a solvabilidade da organização medida pela relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA). Informamos que, de acordo com as normas vigentes, a partir de outubro de 2013 não ocorre mais atualização deste índice para o consolidado econômico financeiro.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2013, o Banco do Estado de Sergipe deu continuidade ao aperfeiçoamento de seus processos e ações com vistas às melhores práticas de governança corporativa. Atuando de forma transparente, todas as decisões e fatos relevantes do Banco são comunicados ao mercado financeiro, estando acessíveis para consulta pública a qualquer tempo. Observe-se ainda que as decisões em qualquer nível da empresa são tomadas de forma colegiada, através da estrutura de governança composta pela alta administração e pelos comitês de assessoramento aos administradores.

Estrutura de Governança

Essa compreende a Assembleia Geral dos Acionistas e os seguintes órgãos: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, além dos comitês vinculados aos órgãos da administração. Estão em pleno funcionamento 16 comitês que atuam como órgãos auxiliares da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, assessorando-os nas tomadas de decisões, que são realizadas de forma colegiada de acordo com a atribuição de cada comitê.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: Relações com Investidores

O Banco do Estado de Sergipe S.A. é uma companhia aberta e se preocupa em assegurar transparência e equidade de tratamento aos investidores e ao mercado de capitais em geral. Visando atender à Instrução CVM nº 358/2002, o Banco tem consubstanciado em seus normativos a Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e a Política de Negociação com Valores Mobiliários, que se fundamentam nos princípios básicos da obediência à legislação específica, à regulamentação da CVM e a outros órgãos reguladores aos quais esteja sujeito: aderência às melhores práticas com investidores, transparência e equidade de tratamento em relação aos investidores e mercado de capitais em geral.

Comunicados ao Mercado

Os atos da administração desse Banco estão disponíveis em www.banese.com.br, através da publicação das Assembleias Gerais, Reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal, Formulários 358, 480 e 481 da CVM, Comunicados e Fatos Relevantes, como também as devidas homologações do Bacen aos atos administrativos que carecem de aprovação. Além das informações exigidas pelos órgãos reguladores, o Banese reconhece a importância de prestar publicidade a todos os fatos ocorridos durante 2013 de interesse do mercado, com destaque para o comunicado ao mercado que dispõe sobre a Eleição e Posse do Presidente do Conselho de Administração do BANESE, após AGE realizada em 31.10.2013 e Ato Homologatório do BACEN em 31.11.2013.

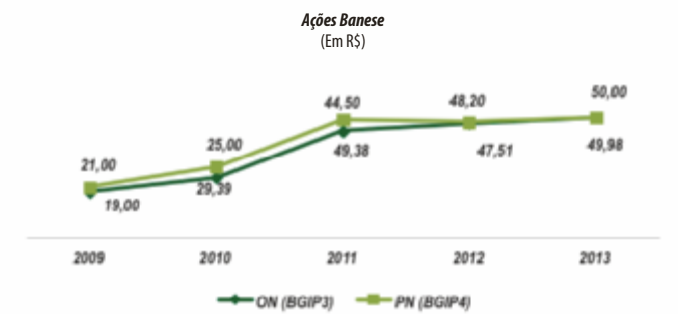
Estrutura acionária

A estrutura societária do Banese permanece composta por 10,5 milhões de cotas de ações. O Governo do Estado de Sergipe é o sócio majoritário com 90% do total de ações.

ACIONISTAS	ON	%	PN	%	TOTAL	%
Governo do Estado de Sergipe	4.935.748	94%	4.537.540	86%	9.473.288	90%
Free Float	334.973	6%	733.181	14%	1.068.154	10%
TOTAL	5.270.721	100,0%	5.270.721	100,0%	10.541.442	100%



As suas ações na Bovespa apresentaram uma boa performance ante o cenário de volatilidade do mercado financeiro. As ordinárias (BGIP3) valorizaram 163% desde 2009, estando cotadas a R\$ 49,98, com ganho de 5% em relação a 2012, enquanto que as preferenciais (BGIP4) sofreram elevação de 138% em quatro anos e 4% em relação ao exercício de 2012, encerrando 2013 cotadas a R\$ 50,00.



Agências de Rating

O Banese é classificado por agências de Rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração. Fitch revisou de "Estável" para "Positiva" sua Perspectiva do Rating Nacional de Longo Prazo. A revisão da Perspectiva reflete a expectativa da agência de que o resultado operacional do Banco deve continuar se comparando de forma favorável em relação aos de pares com ratings nacionais em uma categoria superior, mesmo diante de um cenário de maior inadimplência e queda de spreads. Em 2013, a agência Risk da Austin Rating, confirmou o rating de longo prazo 'brA-' e o de curto prazo 'brA-Z'. A perspectiva permanece estável.

Fitch Rating		
Perspectiva Positiva	Escala Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo
	A-	F2
Austin Rating		
Perspectiva Estável	Escala Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo
	A-	A-2

Produtos e Serviços

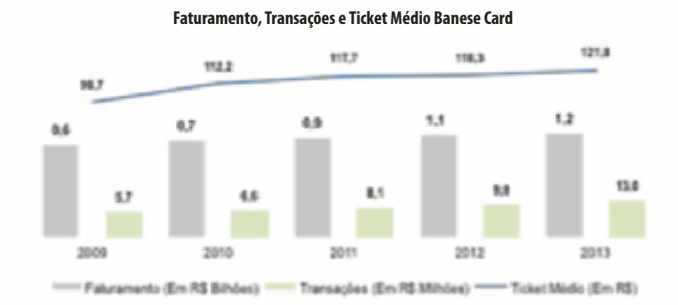
O Banese oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços que tem como propósito fornecer soluções financeiras adequadas às suas necessidades.

Cartão de Crédito Banese Card

O cartão Banese Card, presente em cada momento da vida dos Sergipianos, operacionaliza suas atividades nos Estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Paraíba. Possui 674 colaboradores distribuídos entre funcionários, estagiários e jovem aprendiz. Com uma base de 655 mil clientes ativos, o Banese Card obteve em 2013 um crescimento percentual de 13% quando comparado ao exercício anterior e de 107% ao longo dos últimos quatro anos.



O seu faturamento atingiu a marca de R\$ 1,2 bilhões/ano, obtendo um crescimento de 5% em relação a 2012. O ticket médio do Banese Card conquistou o valor de R\$ 121,80 enquanto o volume de transações realizadas alcançou 13 milhões, representando crescimento de 3% e 33%, respectivamente, no período, através das 60 lojas Seac, instaladas no Estado de Sergipe, como também além fronteiras, atua como correspondente no país, prestando os seguintes serviços: recebimento de propostas de Microcrédito; recebimento de propostas de adesão ao cartão Banese Card; recebimento de propostas de abertura de contas; realização de saques e consultas de saldos bancários; pagamento de títulos, DUA/DeTRAN, água, luz, telefone, guias de recolhimento, demais taxas e tributos.

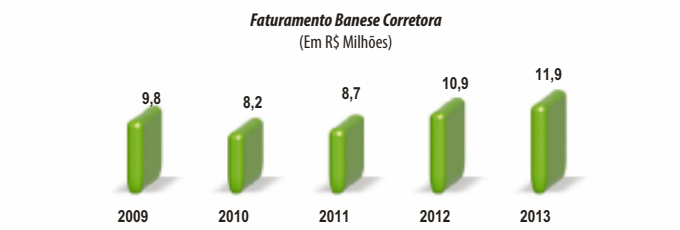


Em 2013, o número de lojas ativos credenciados pelo Banese Card subiu para 18 mil, com uma elevação de 13% em relação a 2012, o que demonstra a relevância da atuação do cartão como propulsor da economia sergipiana para a geração de emprego e renda. Isso também confirma que o Banese Card, oferece inúmeras vantagens com isenção de anuidade e programa de recompensas. É o cartão de crédito mais aceito no mercado sergipiano.

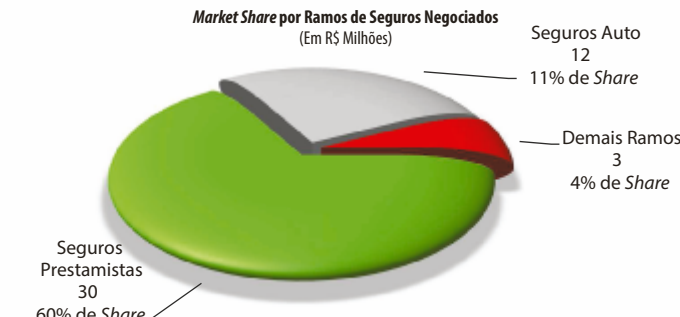


Banese Corretora de Seguros

A Banese Corretora de Seguros opera na prestação de serviços de contratação de benefícios e seguros para seus clientes, através de parcerias com as maiores seguradoras do país. No seu portfólio de produtos, destacam-se os seguros Vida, Vida Prestamista, Automóvel, Residencial, Condomínios, Garantia, Empresarial, entre outros. e um faturamento superior a R\$ 11,5 milhões, crescendo 9% seu faturamento em relação ao ano anterior.



Com expressiva participação no Market Share do mercado no Estado de Sergipe, a Corretora detém 60% no segmento prestamista, 11% em seguros de autos e 4% nos demais ramos atendidos pelo mercado. Em 2013, apresentou um volume contratado de R\$ 45 milhões, o que proporcionou uma participação no mercado sergipiano de 18%.



Previdência, Capitalização e Consórcio

Em seu portfólio de produtos e serviços, o Banese disponibiliza planos de previdência complementar, títulos de capitalização, consórcio residencial e de automóveis, por meio de uma parceria de sucesso com as empresas Icatu Seguros, Mapfre e Lycsar.

Soluções em Crédito para Pessoas Físicas

Acompanhando as inovações do mercado bancário, além de preservar a vantagem competitiva frente a seus concorrentes, o Banco oferece a solução Credi-Rápido, modalidade de empréstimo pessoal disponibilizada nos seus canais de autoatendimento para os servidores públicos que recebem salário em conta corrente. Para atender as demandas de crédito do segmento de pessoa física, disponibiliza soluções mediante produtos estruturados de acordo com a natureza do mutuário. Esse portfólio compreende principalmente os créditos vinculados ao recebimento de salário dos servidores públicos ou de benefício do INSS em conta corrente, crédito em consignação, limites rotativos de crédito em conta corrente e antecipação de Imposto de Renda ou de 13º salário. Destaca-se, também, o financiamento imobiliário com objetivo de proporcionar ao cliente aquisição da casa própria.

Soluções em Crédito para Pessoas Jurídicas

Para as pessoas jurídicas, o Banese estruturou linhas de crédito que vão desde o financiamento de capital de giro, antecipação de recebíveis do Banese Card, antecipação de recebíveis empresariais, desconto de títulos, desconto de cheques, limites rotativos em conta corrente, até o financiamento do 13º salário dos empregados das empresas que atuam no segmento privado. Cabe destacar, dentro da modalidade de antecipação de recebíveis, o Credi Compras Governamentais, destinado às micro e pequenas empresas vencedoras de licitações públicas do Governo do Estado, para financiamento de capital de giro das empresas. Em cumprimento da sua missão organizacional na promoção do desenvolvimento socioeconômico, foi lançado em 2013, o Credi-Empregador Legal, destinado ao financiamento de recursos para reforço do capital de giro das empresas, enquadradas na categoria de Empregador Legal que comprometem a instalação de ponto eletrônico na empresa, contratação de pessoas portadoras de deficiências e que invistam para oferecer um ambiente de trabalho saudável para os empregados. Na mesma linha de atuação, também criou o Credi-Cultural Banese numa parceria com o Governo do Estado de Sergipe, direcionado para o financiamento de capital de giro dos micro e pequenos empreendedores que atuam no segmento voltado para o incentivo à produção de livros, artigos, compêndios que retratam a cultura sergipiana.

Portfólio de Produtos de Investimento

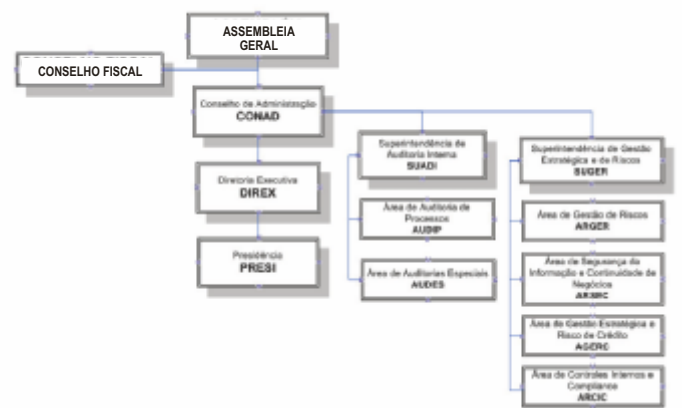
O Banese oferece um portfólio de produtos de investimento que observam os princípios de segurança do negócio, diversificação das aplicações financeiras, mitigação de riscos e busca da máxima rentabilidade ao cliente, de acordo com as taxas praticadas no mercado. E, para alcançar esses objetivos, estruturou produtos de captação que atendem desde aplicadores com perfis mais conservadores a investidores moderados que desejam correr mais riscos. Seus principais produtos disponíveis na rede de agências para os clientes compreendem os depósitos de poupança, depósitos a prazo, através do CDB Pós com Resgate Automático, CDB Pré-Diário e RDB Pré-Fixado, além dos fundos de investimento BNY Mellon Banese Expert Fundo de Investimento Referenciado DI e BNY Mellon Banese Strategy FIC Fundo de Investimento Multimercado.

Gestão Integrada de Riscos, Controles Internos e Auditoria

A estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e auditoria interna do Banese está vinculada ao Conselho de Administração, visando à garantia da segregação de interesses na gestão de riscos. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da Internet, www.banese.com.br.

Estrutura Organizacional

Auditoria, Controles Internos e Gestão de Risco



GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos busca a identificação de eventos que interfiram diretamente nas estratégias de negócio formuladas a partir do planejamento estratégico até 2016, bem como na garantia da continuidade dos negócios e do retorno aos acionistas. Nesse processo, as práticas adotadas pelo Banco atendem aos requisitos estabelecidos pelo Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais normas complementares inerentes ao Sistema Financeiro Nacional.

Gestão de Capital

Em atendimento à Resolução CMN 3.988/2011, foram modelados e implementados o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, bem como o do planejamento de metas e avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banese Consolidado está sujeito, considerando suas metas e objetivos estratégicos. Todo o processo foi organizado de forma a manter a solvabilidade no horizonte do planejamento estratégico até 2016. Para tanto, foi estruturada uma unidade administrativa responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

O processo de concessão de crédito dispõe de um conjunto de normas e regras criteriosas e bem definidas, sustentadas pela boa técnica bancária. Essas regras visam revestir de segurança as operações, funcionando como verdadeiro mitigador do risco de crédito. Esse processo está amparado nos critérios estabelecidos nas Políticas de Crédito e de Risco da Instituição e nas Normas de Produtos e Serviços, as quais definem, entre outros aspectos, a fixação dos limites máximos de aprovação por unidade de negócios e demais instâncias deliberativas. As metodologias de avaliação de risco de crédito ponderam aspectos do risco do cliente e da operação e, no tocante às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivos na Resolução CMN 2.682/1999, adotando posição mais conservadora na carteira comercial. A monitoração da carteira de crédito é realizada periodicamente atendendo ainda ao normatizado na Resolução CMN 3.721/2009.

Risco de Mercado

Para o gerenciamento das flutuações no valor presente dos ativos e passivos, decorrente de alterações no comportamento das taxas de juros, do preço das ações, do câmbio e das commodities, bem como da interação entre eles e suas respectivas volatilidades, o Banese utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. As análises de sensibilidade são elaboradas pela gestão de riscos, como forma de estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como a suposição de quebras de premissas. Esses testes são realizados periodicamente, como podem também ser feitos tempestivamente, dada uma oscilação atípica no mercado ou mesmo por demanda.

Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta cobertura da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez está em consonância com sua Política de Risco de Liquidez e com as exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN 4.090/2012. A unidade responsável envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado de nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado. A gestão do risco de liquidez do Banese utiliza os seguintes instrumentos: projeções de liquidez; mapas de descaimento de prazos; testes de Estresse; Limites de Risco de Liquidez (Buffer Stock); Limite Pré-Acionador do Plano de Contingência de Liquidez (PAPCo); Plano de Contingência de Liquidez; Relatórios mensais e semestrais de gerenciamento de risco.

Risco Operacional

Risco de perda resultante de pessoas, sistemas e processos internos inadequados e deficientes ou de eventos externos que causem impactos negativos às atividades do Banco, incluindo-se também o risco legal que é a definição de risco operacional adotada pelo Banese, ratificada pelo Banco Central por meio da Resolução CMN 3.380/2006. A estrutura de gerenciamento do risco operacional está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, contro-

lar e mitigar os riscos operacionais. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, realizar o cálculo da exposição ao risco e alocação de capital, disseminar a cultura de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Na política corporativa de risco operacional estão delineadas as atribuições e competências do Conselho de Administração, do Comitê de Risco Operacional, da unidade responsável pelo gerenciamento desse risco, da Auditoria Interna e de todos os colaboradores.

Em 2013, destacamos as principais ações realizadas acerca do risco operacional: Elaboração de Matrizes de Risco; Atualização da Política e Normativo de Risco Operacional; Melhoria na apresentação do formulário REGIR – Registro de Identificação de Risco Operacional, além da contínua disseminação do documento na Instituição.

Gestão de Processo

O gerenciamento das atividades de mapeamento e atualização dos processos da organização, a elaboração e manutenção dos formulários operacionais são de responsabilidade da área de processos-APROC.

Com a finalidade de melhor documentar e analisar seus processos, o Banco em 2013, concluiu a implantação de nova metodologia de trabalho da unidade de processos, cujo produto final foi a preparação de documento que contém convenções e regras para a modelagem e análise de processos. Nesse sentido, revisou o mapeamento de processos das áreas de crédito, cadastro, recuperação de crédito, mercado financeiro, operações de tesouraria e contas a pagar utilizando a ferramenta IBM-BPM 8.0

Controles Internos e Compliance

Conduzidos pela diretoria, gerência e empregados, os processos de controles internos são estruturados para assegurar os seguintes objetivos: eficiência e efetividade das operações, confiabilidade dos relatórios financeiros e cumprimento das normas e regulamentos. Presta atendimento à Resolução CMN 2.554/1998, que dispõe sobre a implantação e implementação do sistema de controles internos.

Promovendo uma maior transparência na gestão dos seus processos, o Banco instituiu novos controles, aprovando e publicando as Resoluções de Diretorias, principalmente no que diz respeito à remuneração dos seus empregados, a saber: Plano de Cargos e Salários; Registro Eletrônico de Ponto – REP; Política de Remuneração dos Administradores – Resolução CMN 392/2010; Programa de Recuperação de Crédito; Comissão e Regulamento para Processo Seletivo Interno; Implementação do Limite de Tolerância à Inadimplência (Stop Loss), bem como, atualização de todas as políticas corporativas e do Código de Conduta Ética.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

O processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro está pautado na Lei 9613/1998, complementada pela Lei 12.683/2012, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como obedece, ainda, à Circular BACEN 3461, que consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos nessas leis.

Com o objetivo de melhorar a gestão do processo e se adequar às normas dos órgãos reguladores, as seguintes ações foram realizadas: Atualização da Política e Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Curso de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e de Políticas e Normativos para os novos empregados contratados no último concurso público.

Segurança da Informação e Continuidade de Negócios

Com o objetivo de garantir níveis adequados de Segurança da Informação e Continuidade dos Negócios e contribuir para a melhoria da segurança de operações e na implementação de práticas seguras, o Banese investe e desenvolve, através do seu programa de Segurança da Informação, um conjunto de iniciativas e projetos alinhados com seu planejamento estratégico, governança corporativa e padrões internacionais como a ISO 27001 e ABNT 15999. A estrutura de Gestão de Segurança da Informação e Continuidade de Negócios reporta-se à SUGER - Superintendência de Gestão Estratégica, Controles e Riscos - visando à garantia da segregação de funções na Gestão de Riscos de Segurança da Informação, ao mesmo tempo em que é inserida na visão estratégica de maneira integrada ao Gerenciamento de Riscos Corporativo. Dentre as ações referentes à Segurança da Informação e Continuidade de Negócio em 2013, destacam-se:

- Implantação e disponibilização aos clientes BANESE de solução tecnológica para prevenção, detecção e combate a Fraudes Eletrônicas para os sistemas do BANESE disponibilizados através da Internet;
- revisão da estratégia de continuidade de negócios, incluindo Atualização da Análise de Impacto dos Negócios (BIA), Revisão e atualização das estratégias de Continuidade de Negócios e TI, a atualização dos planos de continuidade operacionais e do plano de recuperação de desastres, bem como Testes de Continuidade dos Serviços de Tecnologia da Informação (TI), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380;
- Resposta aos incidentes de Segurança da Informação envolvendo melhoria nos processos de identificação de ameaças externas, definição e melhorias nos Sistemas de Informação para mitigação de riscos e combate a fraudes.

Auditoria Interna

A Superintendência de Auditoria do Banese, órgão interno, realizou um total de 284 auditorias em 2013, entre auditorias de sistemas, processos, procedimentos de agências, gestão, bem como especiais, contínuas, administrativas e de empresas relacionadas. As auditorias realizadas podem ser de avaliação e/ou de consultoria e têm como mote a análise dos controles internos visando à mitigação dos riscos.

Cabe à auditoria interna assessorar os gestores, resguardar a legalidade das operações e salvaguardar o patrimônio da instituição. Os trabalhos desenvolvidos são planejados tomando por base os riscos existentes e a continuidade dos negócios e os resultados são reportados aos gestores auditados e à alta administração. Os registros de riscos identificados são objetos de planos de ação preventivos e corretivos. Nossa auditoria atua como membro efetivo da Comissão de Auditoria e da Subcomissão de Fraudes Documentais da Federação Brasileira de Bancos - Febraban.

Auditoria Externa

No que se refere à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, IN nº 381/2003, de 14/1/2003, o Banco do Estado de Sergipe S.A. informa que, em consonância com o teor da Instrução nº 381, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Tercio não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionais aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais sobre seu cliente ou promover os interesses deste.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Gestão de Pessoas

Ao final de 2013, o Banese possuía um quadro de pessoal composto por 1.132 empregados. Destaca-se que 1.026 estão em atividade e 40 cedidos a órgãos na esfera estadual e municipal, 27 em auxílio doença e 39 em licença para interesse particular. Acrescentam-se ainda 220 estagiários e 39 jovens aprendizes. Nesse período foram admitidos 26 novos empregados oriundos do último concurso realizado para ocupação do cargo de nível médio. Como ação de destaque no período, tem-se a conclusão e implantação da concepção do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), cujo objetivo é agregar valor ao desenvolvimento da carreira dos seus profissionais.

Nossa instituição atua num cenário de constantes mudanças e promove o desenvolvimento de seu corpo funcional, oferecendo oportunidades de ascensão na organização através de seleções internas para as áreas administrativa e de negócios, dentre elas: auditoria, coordenação de caixa e de atendimento, gerência de negócios e demais áreas afins. De acordo com o Programa de Incentivo à Atividade Física e em parceria com a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese – CASSE, o Banco compartilha o percentual de 50% do valor da mensalidade de quaisquer modalidades esportivas aos seus empregados. Possui também o programa de prevenção à LER/DORT, com cerca de 24 empregados beneficiados.

Seguindo a Política de Gestão de Pessoas, o Banco investe continuamente na formação profissional de seus empregados e, semestralmente, destina vagas para os cursos de língua estrangeira, graduação, especialização, mestrado, doutorado e certificações. Atualmente 98 empregados são beneficiados com um investimento total de R\$ 117 mil. Desde a sua implantação o programa beneficiou cerca de 550 empregados.

No ano de 2013, o BANESE aprimorou os serviços de saúde e segurança do trabalho, visando contribuir com o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores. Nesse sentido, além do plano de assistência médico-hospitalar operacionalizado pela caixa de assistência dos empregados-CASSE, investiu R\$ 132 mil nos programas Preventivo, de Incentivo à Atividade Física e de Prevenção dos Riscos Ambientais (PPRA).

Casse - Caixa de Assistência dos Empregados do Banese

Funcionando como plano de saúde dos empregados do Banese, atualmente conta com 5,5 mil titulares e beneficiários do plano. Em 2013, obteve um valor repassado pelo Banco no total de aproximadamente R\$ 1,8 milhões. Investiu no programa de incentivo à atividade física dos empregados da instituição o valor de R\$ 108,7 mil.

Sergus – Instituto Banese de Seguridade Social

Criado pelo Banese e autorizado a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 1980, o Sergus é entidade fechada de previdência complementar, que tem a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados isolada ou conjuntamente por empresas integrantes do plano. Possui atualmente 1.379 participantes, sendo 1.015 ativos, 364 assistidos.

Atualmente está estruturado sob a forma de Benefício Definido, em que o valor do benefício é definido pelo Instituto de Seguridade, através do complemento da remuneração do empregado no momento de sua aposentadoria. Destaca-se que o Sergus está implementando novo Plano de Contribuição Variável, em que o beneficiário poderá definir previamente o valor e o prazo das contribuições, além do valor do benefício. Esse novo plano está em fase de autorização pela PREVIC.

Modernização Tecnológica

Na busca permanente pela modernização tecnológica, com a continuidade do aperfeiçoamento dos seus processos e procedimentos, que visa obter uma maior qualidade e eficiência sobre seus serviços, o Banese investiu cerca de R\$ 21 milhões na área de tecnologia da informação.

Como resultado desse esforço empreendido, destaca-se a aquisição de licenciamento de uso de software de segurança da informação para prevenção de fraudes da GAS Tecnologia, licenciamento dos módulos BR GAAP e IFRS para automatização de processos contábeis e elaboração de demonstrações financeiras, bem como a expansão e licenciamento do storage de produção. E ainda, a implantação de ferramentas de gestão de ciclo de vida de desenvolvimento e da governança de gestão de processos de negócios do Banco, migração do servidor Central da Automação para um Cluster Microsoft, garantindo alta disponibilidade desse serviço, migração dos dados de produção para o novo Storage adquirido em 2012, o qual garante a redundância dos dados no Data Center de contingência e migração do ambiente redundante de telefonia VoIP do Data Center principal para o Data Center de contingência, aliado aos novos sistemas: de gestão da recuperação de crédito, de gestão de garantias de crédito, de gestão de crédito imobiliário e de análise de perfil de investidores.

O Banco investiu constantemente na qualificação do seu quadro profissional, com a realização de cursos técnicos, visando manter atualizado seu parque de TI com as melhores práticas de mercado.

Sustentabilidade no Banese

Com o objetivo de fortalecer o patrimônio cultural e suas artes, bem como promover o apoio ao esporte e à inclusão social, o Instituto Banese realizou diversas ações no ano 2013, com investimento de mais de R\$ 6 milhões em ações de incentivo ao esporte, cultura e lazer, conforme describe a seguir:

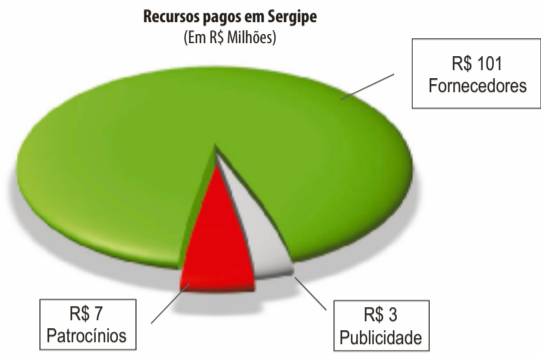
- Campeonato Sergipano e Programa do Governo do Estado – Esporte para todos – que tem o objetivo de incentivar a prática do esporte amador;

- Orquestra Sinfônica de Sergipe (ORSSE) e Filarmônica N. Sra. Da Conceição;
- Festejos juninos e manifestações culturais dos municípios;
- Restauração da Catedral Metropolitana de Aracaju;
- Apoio a entidades beneficentes;

Também foram priorizadas ações para reforçar os valores da marca, como modernização, sustentabilidade, valorização das pessoas e solidez. A partir dessa visão, o Banese lançou novos canais de atendimento, ampliou a rede de atendimento, aprovou iniciativas que valorizaram seus colaboradores, a exemplo do Vale Cultura, iniciou o processo de construção de um sistema de gestão ambiental e ações para melhorar os indicadores financeiros da instituição.

Sociedade

Em 2013, o Consolidado Banese, através do Banco Múltiplo, Cartão de Crédito e Corretora de Seguros efetuou pagamentos exclusivamente a fornecedores Sergipanos na monta de R\$ 111 milhões. Este número demonstra a importância do Banese não só como instituição financeira, mas também como grande cliente dos mais variados segmentos da economia sergipana, valorizando o empresariado e mantendo recursos no Estado de Sergipe.



Apoio a políticas públicas

No âmbito das políticas públicas, em 2013, o Banese firmou convênio com a Secretaria de Segurança Pública para melhorar a estrutura de trabalho dos policiais militares, através da dotação de recursos para aquisição de equipamentos ligados à atividade policial. Com a parceria, o Banese contribuiu para aumentar a segurança pública do Estado de Sergipe.

Museu da Gente Sergipana

O Museu da Gente Sergipana foi inaugurado no final do exercício de 2011, marcando a transição de um ciclo do BANESE, nos seus 50 anos de fundação. Essa ação teve como iniciativa reforçar o papel social do Banese, através do seu Instituto, como grande incentivador e mecenas das diversas linguagens da cultura sergipana.

Por meio desse espaço cultural, o Banese e o Governo do Estado valorizam a identidade sergipana, através de imagens, sons e signos. E em seu segundo ano de funcionamento, o Museu da Gente Sergipana se consolida cada vez mais como um importante celeiro das artes e da cultura não só para os sergipanos como também para o Brasil e o exterior, através de repercussão na mídia e recebimento de visitantes de várias partes do mundo. Nesse sentido, no ano de 2013 foi ampliada a programação cultural do Museu, por meio da realização de ações que geraram visibilidade e deram destaque ao Instituto como agente de promoção e de fortalecimento do Patrimônio Cultural e das Artes em Sergipe. Desse modo, com dois anos de funcionamento, o Museu da Gente Sergipana já se consolidou como um dos pontos turísticos mais visitados do Estado, tendo recebido mais de 183 mil pessoas para visita à sua exposição permanente, entre sergipanos, turistas de todas as regiões do Brasil e de diversos países, registrando assim, um recorde histórico em Sergipe, no segmento cultural e na esfera do turismo

No ano de 2013, o Instituto Banese e o Museu da Gente Sergipana foram destaque na imprensa nacional, com o recebimento de títulos e prêmios, além de reportagens que vêm reforçando sua presença e importância nos âmbitos sociais, culturais, educacionais e esportivos do Estado de Sergipe, a saber:

- Utilidade Pública Federal – O Instituto Banese recebeu o título de Utilidade Pública Federal – pública – no Diário Oficial da União do dia 03/04/2013, Seção I, Página 63, (Abril/2013).
- TV Brasil – Reportagem: Museu da Gente Sergipana é apresentado em rede nacional pela TV Brasil em 14/03/2013.
- Globo News – Reportagem: Museu em Aracaju é o primeiro virtual do Nordeste, (Abril/2013).
- TV Cultura – Reportagem: Museu da Gente Sergipana é destaque no programa Metrôpolis, (Maio/2013).
- Revista Gol – Matéria: Sergipe do passado ao futuro – As tradicionais cidades de São Cristóvão e Laranjeiras se unem ao moderno e interativo Museu da Gente sergipana, em Aracaju, para formar um roteiro cultural que percorre a história do Estado, (Maio/2013).
- Prêmio Rodrigo de Melo Franco Andrade – Na categoria Responsabilidade Social em 17/10/2013.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos empregados pela dedicação e empenho no trabalho, aos nossos clientes e acionistas pela fidelidade e confiança e ao Governo do Estado de Sergipe, pelo apoio depositado ao longo da nossa trajetória.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVO	Balanço Patrimonial - Em Reais mil			
	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
		Reclassificado		Reclassificado
CIRCULANTE	2.294.349	1.411.320	2.434.271	1.442.821
DISPONIBILIDADES	125.230	80.880	125.235	80.884
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	475.889	173.404	475.992	173.404
Aplicações no Mercado Aberto	245.002	13.099	245.002	13.099
Aplicações em Depósitos	230.887	160.305	230.990	160.305
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	539.570	307.546	539.570	307.546
Carteira Própria	491.881	307.323	491.881	307.323
Vinculados a Compromisso de Recompra	25.202	-	25.202	-
Vinculados à Prestação de Garantias	153	223	153	223
Vinculados ao Banco Central	22.334	-	22.334	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	378.588	327.543	378.588	327.543
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.556	1.498	1.556	1.498
Créditos Vinculados:	373.987	324.944	373.987	324.944
- Depósitos no Banco Central	371.794	322.926	371.794	322.926
- Convênios	223	248	223	248
- Tesouro Nacional – Recursos do Crédito Rural	1.970	1.770	1.970	1.770
- Correspondentes	3.045	1.101	3.045	1.101
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	754.146	504.640	754.146	504.640
Operações de Crédito:	777.310	517.708	777.310	517.708
- Setor Privado	777.310	517.708	777.310	517.708
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(23.164)	(13.068)	(23.164)	(13.068)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	19.496	15.516	159.115	46.934
Rendas a Receber	2.915	5.012	116.937	2.859
Diversos	16.581	10.504	42.178	44.075
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	1.430	1.791	1.625	1.870
Outros Valores e Bens	1.059	982	1.145	982
Despesas Antecipadas	371	809	480	888
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	995.490	1.452.424	1.002.964	1.452.495
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (NOTA 6)	77.022	278.390	77.022	278.390
Carteira Própria	77.022	233.726	77.022	233.726
Vinculados a Compromisso de Recompra	-	3.363	-	3.363
Vinculados ao Banco Central	-	41.301	-	41.301
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 7)	18.474	17.834	18.474	17.834
Créditos Vinculados:	18.474	17.834	18.474	17.834
- Tesouro Nacional – Rec. do Crédito Rural	-	-	-	-
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	18.474	17.834	18.474	17.834
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 8)	783.662	1.019.604	783.662	1.019.604
Operações de Crédito:	808.861	1.050.289	808.861	1.050.289
- Setor Privado	808.861	1.050.289	808.861	1.050.289
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.199)	(30.685)	(25.199)	(30.685)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 9)	115.971	135.922	123.445	135.993
Diversos	115.971	135.922	123.445	135.993
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 10)	361	674	361	674
Outros Valores e Bens	1.981	1.463	1.981	1.463
Provisões para Desvalorizações	(1.620)	(1.102)	(1.620)	(1.102)
Despesas Antecipadas	-	313	-	313
PERMANENTE	88.286	78.329	107.389	97.170
INVESTIMENTOS (NOTA 11)	882	1.244	6	6
Participação em Coligadas e Controladas	876	1.234	-	-
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 12)	59.612	59.835	79.565	79.873
Imóveis de Uso	20.655	73.030	40.494	79.030
Outras Imobilizações de Uso	91.801	44.920	106.213	69.508
Depreciações Acumuladas	(52.844)	(58.115)	(67.142)	(68.665)
INTANGÍVEL (NOTA 13)	27.792	17.254	27.818	17.291
Ativos Intangíveis	45.937	29.775	48.853	32.691
Amortização Acum. de Ativos Intangíveis	(18.145)	(12.521)	(21.035)	(15.400)
TOTAL DO ATIVO	3.378.125	2.942.073	3.544.624	2.992.486

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Balanço Patrimonial - Em Reais mil			
	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
		Reclassificado		Reclassificado
CIRCULANTE	2.281.662	1.936.412	2.383.500	1.950.262
DEPÓSITOS (NOTA 14)	2.026.579	1.814.791	2.004.820	1.814.195
Depósitos à Vista	584.742	553.928	583.949	553.332
Depósitos de Poupança	954.734	839.245	954.734	839.245
Depósitos Interfinanceiros	72.933	110.665	72.933	110.665
Depósitos a Prazo	414.170	310.953	393.204	310.953
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.523	1.409	1.523	1.409
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.523	1.409	1.523	1.409
CAPTACIONES NO MERCADO ABERTO (NOTA 14)	13.904	-	13.904	-
Carteira Própria	13.904	-	13.904	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (NOTA 14)	131.975	-	131.975	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	131.975	-	131.975	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.127	920	1.127	920
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.127	920	1.127	920
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (NOTA 14)	20.661	20.903	20.661	20.903
BNDES	-	365	-	365
FINAME	4.823	4.870	4.823	4.870
Outras Instituições	15.838	15.668	15.838	15.668
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	85.893	98.389	209.490	112.835
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.803	1.698	1.803	1.698
Sociais e Estatutárias	8.539	9.800	8.539	9.800
Fiscais e Previdenciárias	40.962	42.265	42.281	43.791
Negociação e Intermediação de Valores	22	21	22	21
Diversas	34.567	44.605	156.845	57.225
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	816.966	747.825	864.968	760.929
DEPÓSITOS (NOTA 14)	546.853	432.606	546.853	428.620
Depósitos a Prazo	546.853	432.606	546.853	428.6

Demonstração de Fluxo de Caixa - Em Reais mil						
	Banese Múltiplo			Banese Consolidado		
	2013		2012	2013		2012
	2º Semestre	Exercício	Exercício Reduzido	2º Semestre	Exercício	Exercício Reduzido
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	46.833	103.577	142.237	49.092	171.187	145.704
Lucro Líquido Ajustado	25.780	58.340	87.991	25.780	58.340	87.991
Ajuste ao Lucro Líquido	21.053	45.237	54.246	23.312	112.847	57.713
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.937	30.145	35.604	10.937	30.145	35.604
Provisão (Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	396	683	470	396	683	469
Depreciações e Amortizações	7.766	14.331	11.639	7.766	14.331	11.639
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.599	9.394	11.087	4.599	9.394	11.087
Ativo Fiscal Diferido	4.727	(377)	(4.725)	(14.475)	(19.578)	(4.725)
Perda de Capital	(376)	(159)	1.591	1.578	1.795	1.591
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(384)	(3.201)	(1.246)	(12.495)	(15.312)	(1.246)
Resultado de Participação em controladas	(573)	358	(167)	-	-	-
Varição nos Resultados de Exercícios Futuros	(119)	(17)	(7)	(119)	(17)	(7)
Provisão para Risco - ERC	-	-	-	28.705	93.182	160.246
Juros sobre Capital Próprio	(5.920)	(5.920)	-	(5.920)	(5.920)	-
Varição de Ativos e Obrigações	(124.833)	144.760	(205.836)	(136.478)	87.221	(205.407)
(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez	(101.682)	(70.633)	(39.921)	(111.833)	(91.405)	(39.921)
Aumento (Redução) em T.M.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(133.071)	(30.655)	5.141	(133.071)	(30.655)	5.141
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos)	(74.337)	(52.046)	(24.474)	(74.337)	(52.046)	(24.474)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	25.549	(483.709)	(167.094)	37.157	(483.709)	(167.094)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	164	674	(1.338)	172	558	(1.354)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	15.856	16.506	(18.703)	39.220	(33.847)	(26.415)
Aumento (Redução) em Depósitos	146.384	326.935	24.226	146.451	329.823	25.254
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	19.780	22.901	145	19.780	22.901	145
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.008)	(8.977)	2.754	(12.614)	(8.977)	2.754
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(22.488)	(14.426)	13.430	(47.403)	(3.822)	20.559
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(78.020)	248.345	(63.599)	(87.386)	258.908	(59.703)
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	40	59	1	40	59	1
Alíquota de Imobilizado de Uso	(4.308)	(4.308)	(280)	(4.308)	(4.308)	284
Aquisição de Bens não de uso próprio	-	(4.235)	(9.698)	(1.520)	(8.240)	(12.367)
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	-	-	-	342	-
Baixa de imobilizado de uso	-	-	-	-	-	(9.737)
Aplicações em Intangível	(4.390)	(16.163)	(5.019)	(4.390)	(16.163)	(5.019)
Juros sobre Capital Próprio recebido de controladas	-	-	-	-	-	52
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.658)	(24.647)	(14.996)	(10.178)	(28.310)	(21.847)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-	10.887	(6.800)	4.362
Varição da Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intermediários Pagos	(1.909)	(1.909)	(12.954)	(1.909)	(1.909)	(12.954)
Dividendos Adicionais Pagos	-	-	-	-	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(2.112)	(2.112)	(9.297)	(2.112)	(9.297)	(9.297)
Juros Sobre e Capital Próprio Pagos	-	-	-	(5.823)	(12.828)	-
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	5.117	30.860	101.115	5.117	30.860	101.115
Dividas Subordinadas	3.568	52.384	-	3.568	52.384	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	4.644	52.502	42.351	15.551	45.702	45.486
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(82.014)	276.200	(36.244)	(82.013)	276.390	(36.064)
Equivalente de caixa no início do período	482.392	124.178	160.422	482.495	124.182	160.246
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	400.378	400.378	124.178	400.482	400.482	124.182

Demonstração dos Valores Adicionados - Em Reais mil						
	Banese Múltiplo			Banese Consolidado		
	2013		2012	2013		2012
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Recicla da intermediação financeira	225.983	439.256	472.703	197.283	346.093	466.034
Despesa da intermediação financeira	(95.978)	(167.100)	(146.629)	(95.271)	(166.119)	(146.246)
Outras receitas/despesas operacionais	(9)	2.666	(1.210)	54.432	112.399	43.414
Resultado não operacional	(16)	(457)	(1.870)	(889)	(19.107)	366
Recicla da intermediação de serviços	33.051	69.895	73.913	56.584	108.340	113.698
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(33.610)	(64.567)	(73.765)	(44.943)	(89.202)	(101.662)
Valor Adicionado Bruto	129.421	279.393	323.142	167.196	292.344	375.604
Retenções	(7.265)	(14.331)	(11.639)	(9.616)	(17.999)	(14.940)
Amortização	(3.259)	(5.624)	(4.209)	(3.824)	(6.742)	(5.171)
Depreciação	(4.596)	(8.707)	(7.430)	(5.792)	(11.257)	(9.769)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	121.656	265.062	311.503	157.580	274.345	360.664
Valor Adicionado Recebido em Transferência	573	(358)	167	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	573	(358)	167	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	122.229	264.704	311.670	157.580	274.345	360.664
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Governo	22.873	60.647	86.733	33.350	49.113	104.378
Despesas Tributárias	15.817	22.889	20.242	26.294	11.355	27.795
Imposto de renda e contribuição social	7.056	37.758	66.491	7.056	37.758	76.583
Empregados	72.438	139.905	132.447	84.993	164.464	153.577
Salários e honorários	43.374	84.318	76.878	51.168	99.623	89.588
Encargos sociais	14.555	28.467	24.925	17.198	33.500	28.929
Previdência privada	2.081	4.159	3.829	2.081	4.159	3.829
Benefícios e tratamentos	7.783	14.887	13.250	9.501	18.908	17.666
Participação nos resultados	4.645	8.274	13.565	4.645	8.274	13.565
Alugueis	1.138	2.311	1.985	1.495	3.030	2.614
Taxas e Contribuições	3.501	2.514	1.075	6.206	7.452	
Acionistas	8.032	13.856	20.898	8.032	13.856	22.125
Juros sobre e capital próprio	5.920	11.744	11.601	5.920	11.744	12.828
Dividendos	2.112	2.112	9.297	2.112	2.112	9.297
Participação não Controladores	-	-	-	10.887	(6.808)	4.325
Lucro Retido	17.748	44.484	67.093	17.748	44.484	67.093
Valor Adicionado Distribuído	122.229	264.704	311.670	157.580	274.345	360.664

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. (Banese), "Instituição" ou "Banco" é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 61 agências no Estado de Sergipe.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, dos recursos dos seus acionistas, representado pelo patrimônio líquido, como também, de recursos obtidos principalmente através das captações de depósitos à vista, poupança e a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/2011 (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012);
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/2011; e
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009.

Pronunciamento Conceitual Básico (R1)

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões civis, fiscais e trabalhistas; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

2.1 - Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banese - Banco do Estado de Sergipe S.A. e de sua controlada SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., conforme Resolução nº 2.723/2000 e alterada pela Resolução nº 2.743/2000 publicadas pelo BACEN.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

Para melhor entendimento das informações financeiras consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 da empresa controlada do Banese:

	Banese	SEAC-Sergipe Adm. de Cartões e Serv. Ltda	Eliminações	Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
Ativo circulante	2.294.349	424.382	(284.460)	2.434.271	1.442.821
Disponibilidades	125.230	798	(793)	125.235	80.884
Aplicações interfinanceiras de liquidez	475.889	21.069	(20.966)	475.992	173.404
Títulos e valores mobiliários	539.570	-	-	539.570	397.546
Relações interfinanceiras	378.588	-	-	378.588	327.543
Operações de crédito	754.146	252.551	(252.551)	754.146	504.640
Outros créditos	19.496	149.769	(10.150)	159.115	46.934
Outros valores e bens	1.430	195	-	1.625	1.870
Não circulante-Realizável a longo prazo	995.490	7.474	-	1.002.964	1.452.495
Títulos e valores mobiliários	77.022	-	-	77.022	278.390
Relações interfinanceiras	18.474	-	-	18.474	17.834
Operações de crédito	783.662	-	-	783.662	1.019.604
Outros créditos	115.971	7.474	-	123.445	135.993
Outros valores e bens	361	-	-	361	674
Ativo permanente	88.286	19.979	(876)	107.389	97.170
Total do ativo	3.378.125	451.835	(285.336)	3.544.624	2.992.486
Passivo circulante	2.281.662	386.298	(284.460)	2.383.500	1.950.262
Depósitos	2.026.579	-	(21.759)	2.004.820	1.814.195
Relações interfinanceiras	1.523	-	-	1.523	1.409
Captações no mercado aberto	13.904	-	-	13.904	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	131.975	-	-	131.975	-
Relações interdependências	1.127	-	-	1.127	920
Obrigações por empréstimos e repasses	20.661	252.551	(252.551)	20.661	20.903
Outras obrigações	85.993	133.747	(10.150)	209.490	112.835
Não circulante-Exigível a longo prazo	816.966	48.002	-	864.968	760.292
Depósitos	546.833	-	-	546.833	428.620
Captações no mercado aberto	11.423	-	-	11.423	3.327
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	-	-	101.115
Obrigações por empréstimos e repasses	63.842	-	-	63.842	72.577
Outras obrigações	194.848	48.002	-	242.850	155.290
Resultado de exercícios futuros	12	-	-	12	29
Participação de não controladores	-	-	16.659	16.659	23.459
Patrimônio líquido</					

Banese Consolidado

Intangível:	Valor residual				Taxa anual
	Custo	Amortização	31.12.2013	31.12.2012	
Custo com implantação e desenvolvimentos de sistema	48.853	(21.035)	27.818	17.291	20%
Total	48.853	(21.035)	27.818	17.291	

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a. Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos à vista	584.742	553.928	583.949	553.332
Depósitos pessoas físicas	318.952	302.002	318.952	302.002
Depósitos pessoas jurídicas	164.787	172.031	163.994	171.435
Depósitos de governos	93.960	72.745	93.960	72.745
Depósitos vinculados	5.033	5.043	5.033	5.043
Outros valores	2.010	2.107	2.010	2.107
Depósitos de poupança	954.734	839.245	954.734	839.245
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	912.046	801.873	912.046	801.873
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	42.347	36.994	42.347	36.994
Depósitos de poupança ligadas	341	378	341	378
Depósitos interfinanceiros	72.933	110.665	72.933	110.665
Depósitos judiciais	360.410	265.294	360.410	265.294
Depósitos à prazo	600.250	477.952	579.284	473.966
Depósitos especiais com remuneração	363	313	363	313
Captações no mercado aberto	25.328	3.327	25.328	3.327
Recursos de aceites e emissão de títulos (1)	131.975	101.115	131.975	101.115
Obrigações por repasses do país - BNDES	6.000	6.365	6.000	6.365
Obrigações por repasses do país - FINAME	19.013	22.389	19.013	22.389
Obrigações por repasses do país - BNB	59.490	64.726	59.490	64.726
Total	2.815.238	2.445.519	2.793.479	2.440.737
Passivo circulante	2.193.120	1.835.694	2.171.341	1.835.098
Passivo exigível a longo prazo	622.118	609.825	622.118	605.639

Papel	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Valor de Emissão	Valor Atual em	Data de Emissão	Data de Vencimento
		31.12.2013	31.12.2012	
Letra Financeira	100.000	109.980	101.115	05.11.2014
Letra Financeira	21.900	21.995	-	13.06.2013
Total	121.900	131.975	101.115	

b. Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo	Sem vencimento				31.12.2013	31.12.2012
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Depósitos à vista	584.742	-	-	-	584.742	553.928
Depósitos de poupança	954.734	-	-	-	954.734	839.245
Depósitos interfinanceiros	-	28.191	44.742	-	72.933	110.665
Depósitos judiciais	360.410	-	-	-	360.410	265.294
Depósitos a prazo (1)	-	17.820	35.578	-	546.852	600.250
Depósitos especiais com remuneração	363	-	-	-	363	313
Total	1.900.249	46.011	80.320	546.852	2.573.432	2.247.397

(1) - Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações

Banese Consolidado	Sem vencimento				31.12.2013	31.12.2012
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Depósitos à vista	583.949	-	-	-	583.949	553.332
Depósitos de poupança	954.734	-	-	-	954.734	839.245
Depósitos interfinanceiros	-	28.191	44.742	-	72.933	110.665
Depósitos judiciais	360.410	-	-	-	360.410	265.294
Depósitos a prazo (1)	-	17.820	14.612	-	546.852	579.284
Depósitos especiais com remuneração	363	-	-	-	363	313
Total	1.899.456	46.011	59.354	546.852	2.551.673	2.242.815

(1) - Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações

c. Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado	Até 90 dias			De 91 a 360 dias			Acima de 360 dias			31.12.2013	31.12.2012
BNDES	-	-	-	-	-	6.000	-	-	6.000	6.000	6.365
FINAME	767	-	4.056	-	-	14.190	-	-	19.013	22.389	23.899
BNB	3.509	-	12.329	-	-	43.652	-	-	59.490	64.726	67.245
Total	4.276	16.385	63.842	0	0	63.842	0	0	84.503	93.480	101.115

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 99,75% e 0,25% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 95,74% (94,14% - 31.12.2012) da variação do CDI e os pré-fixados 7,88% (8,35% - 31.12.2012) ao ano.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e BNB). Essas obrigações têm vencimentos mensais até julho de 2023, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,90% a 6,75% (0,90% a 6,75% - 31.12.2012) ao ano, além das variações dos indexadores - I.T.P. e nas obrigações pré-fixadas até 6% (6% - 31.12.2012) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantias desses recursos foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

d. Despesas de captação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos judiciais	18.768	13.566	18.768	13.566
Depósitos de poupança	49.866	44.770	49.866	44.770
Depósitos a prazo	56.180	58.589	55.200	58.205
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	928	1.288	928	1.288
Letras financeiras subordinadas - IFS	25.162	12.122	25.162	12.122
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	3.138	2.987	3.138	2.987
Depósitos interfinanceiros	7.182	6.775	7.182	6.775
Depósitos especiais com remuneração	21	17	21	17
Despesas com captações no mercado	161.245	140.114	160.265	139.730
Despesas de repasses BNDES	6	48	6	48
Despesas de repasses FINAME	975	1.022	975	1.022
Despesas de repasses BNB	4.873	5.446	4.873	5.446
Despesas com empréstimos e repasses	5.854	6.516	5.854	6.516
Total das despesas de captação	167.099	146.630	166.119	146.246

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.803	1.698	1.803	1.698
Outros tributos e assemelhados	1.803	1.698	1.803	1.698
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	8.539	9.800	8.539	9.800
Provisão para riscos fiscais (Nota 16)	16.608	15.732	16.608	15.732
Causas fiscais - previdenciária	9.794	9.147	9.794	9.147
Perda contingente - PIS	139	139	139	139
Perda contingente - COFINS	6.675	6.446	6.675	6.446
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	447	453	447	453
Impostos e contribuições a recolher	40.515	37.752	41.834	39.278
Negociação e intermediação de valores	22	21	22	21
Dívidas subordinadas	148.632	96.248	148.632	96.248
Diversas	64.175	70.825	234.455	100.835
Provisão para passivos - Causas trabalhistas (Nota 16)	24.129	20.722	24.439	20.828
Provisão para passivos - Causas cíveis (Nota 16)	5.479	5.498	5.607	5.499
Provisão para passivos - Outros Passivos	-	-	48.003	25.576
Provisão para passivos - Despesas de pessoal	10.000	23.376	10.241	124.332
Provisão para pagamentos - Fornecedores	6.126	3.193	3.193	3.193
Recursos do FGCs para Amortizações	249	-	249	-
Créditos por recursos a liberar	1.273	6.252	1.273	6.252
Outros valores	1.281	1.183	1.281	9.404
Total	280.741	236.589	452.340	268.125
Passivo circulante	85.893	98.389	209.490	112.835
Passivo exigível a longo prazo	194.848	138.200	242.850	155.290

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN, são as seguintes:

	Banese Múltiplo e Consolidado			
	Valor de Emissão	Valor Atual em	Data de Emissão	Data de Vencimento
		31.12.2013	31.12.2012	
Letras Financeiras Subordinadas	25.000	37.010	32.750	24.11.2010
Letras Financeiras Subordinadas	15.000	15.183	15.139	24.11.2010
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	10.122	10.093	24.11.2010
Letras Financeiras Subordinadas	30.000	30.279	30.220	03.12.2010
Letras Financeiras Subordinadas	8.000	8.059	8.046	07.12.2010
Letras Financeiras Subordinadas	20.000	21.163	-	07.01.2013
Letras Financeiras Subordinadas	7.000	7.255	-	26.04.2013
Letras Financeiras Subordinadas	3.000	3.225	-	26.04.2013
Letras Financeiras Subordinadas	10.000	10.749	-	26.04.2013
Letras Financeiras Subordinadas	5.000	5.317	-	28.05.2013
Total	133.000	148.632	96.248	

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências ativas

O Banese possui registrado em suas demonstrações financeiras ativos a ressarcir ou a compensar oriundos de processos transitados em julgado favorável à Instituição conforme Nota 9.2, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros que não encontra-se registrado por não existir definição quanto a conclusão deste processo.

b. Contingências passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às reajustes alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos valores salariais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 24.129 (R\$ 20.722 - 31.12.2012) no Banese Múltiplo e R\$ 24.439 (R\$ 20.828 - 31.12.2012) no Banese Consolidado.

Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 3.023, e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor e I - R\$ 2.456, sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 5.479 (R\$ 5.498 - 31.12.2012) no Banese Múltiplo e R\$ 5.607 (R\$ 5.499 - 31.12.2012) no Banese Consolidado.

Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo judicialmente, tais como INSS - R\$ 9.794 e deduções consideradas indevidas pelo fisco - R\$ 6.814 totalizando, em 31 de dezembro de 2013, no Banese Múltiplo o montante de R\$ 16.608 (R\$ 15.732 - 31.12.2012) e Banese Consolidado R\$ 16.608 (R\$ 15.732 - 31.12.2012).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/2009 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/2009. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação a qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, somente são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável.

g. Concentração de crédito

	Banese Múltiplo e Consolidado					
	31.12.2013		31.12.2012		Provisão	
10 maiores devedores	141.143	8,90	3.164	158.304	10,10	1.276
11 a 60 maiores devedores	155.426	9,80	15.118	169.051	10,18	11.411
61 a 160 maiores devedores	60.861	3,81	1.516	65.236	4,16	2.194
Demais clientes	1.229.121	77,49	28.565	1.175.406	74,76	28.872
Total	1.586.171	100,00	48.363	1.567.997	100,00	43.753

h. Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	Banese Múltiplo e Consolidado					
	31.12.2013		31.12.2012		Provisão	
Saldo Inicial da provisão					43.753	
(+) Constituição de provisão líquida no período	30.145		35.604		35.604	
(-) Baixa de operações de crédito no período	(25.535)		(30.188)		(30.188)	
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	48.363		43.753		43.753	
Saldo final da provisão					48.363	
Ativo circulante	23.164		13.068		13.068	
Ativo realizável a longo prazo	25.199		30.685		30.685	

i. Montante de operações renegociadas e recuperadas

	Banese Múltiplo e Consolidado					
	31.12.2013		31.12.2012		31.12.2012	
Dívidas renegociadas	16.181		11.136		11.136	
Recuperação de créditos	6.398		9.477		9.477	
Total	22.579		20.613		20.613	

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

Banese Múltiplo		Total			
Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2013	31.12.2012	
Saldo início do período	20.722	5.498	15.732	41.952	33.469
Atualização monetária	-	252	876	1.128	1.518
Constituição líquida de reversões e baixas	6.400	1.145	-	7.545	8.119
Pagamentos	(2.993)	(1.416)	-	(4.409)	(1.154)
Saldo final do período	24.129	5.479	16.608	46.216	41.952

Banese Consolidado		Total			
Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2013	31.12.2012	
Saldo início do período	20.828	5.499	15.732	42.059	33.576
Atualização monetária	-	252	876	1.128	1.518
Constituição líquida de reversões e baixas	6.664	1.347	-	8.011	8.119
Pagamentos	(3.053)	(1.491)	-	(4.544)	(1.154)
Saldo final do período	24.439	5.607	16.608	46.654	42.059

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisdição ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. A estimativa de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, exceto os fiscais, montam os seguintes valores: trabalhista – R\$ 7.659 (R\$ 10.039 – 31.12.2012) e cíveis – R\$ 5.533 (R\$ 3.782 – 31.12.2012). Neste grupo encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER e outros. Os processos de natureza fiscal cuja probabilidade de perda é classificada como possível, referem-se a processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência do estágio em que se encontram, não foi possível estimar o montante de perda.

17. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2013	31.12.2012
Participação de 5% na Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(876)	(1.234)
Patrimônio Líquido da Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	17.335	24.693
Total de participação de não controladores	16.659	23.459

Apesar da participação de 5% em sua controlada, o Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 5.270.721 ações ordinárias e 5.270.721 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das ações preferenciais.

b. Reservas de Lucros

O lucro líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

b.1 Legal – é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

b.2 Reservas Estatutárias – são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva estatutária para margem operacional** – com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
- **Reserva estatutária para equalização de dividendos** – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social. A administração tem a intenção de efetuar parte do pagamento desses dividendos em 2014.

b.3 Reserva especiais dividendos adicionais propostos – reserva constituída para pagamento de dividendos adicionais propostos pela administração, excedente ao mínimo obrigatório, a ser aprovado pela Assembléia Geral Ordinária, prevista para 2014.

O lucro do exercício foi assim distribuído:

	2013	2012
Lucro do exercício	58.340	87.991
(-) 5% Reserva legal	2.917	4.400
(-) JCP Imputados aos dividendos líquido do IRFF	11.486	11.486
(-) IRFF sobre JCP	108	115
(-) Dividendos obrigatórios (1)	2.112	9.297
(-) Reserva estatutária margem operacional	38.796	38.796
(-) Reserva estatutária p/ equalização dividendos	-	16.718
(-) Dividendos adicionais propostos	2.771	20.898

(1) - Valor provisionado na conta "Outras obrigações - sociais e estatutárias".

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos – o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social. Conforme faculta a Lei nº 9.249/1995, o Banco optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 05.04.2013 foram pagos dividendos adicionais referente ao exercício de 2012, no valor de R\$ 20.898, aprovado pelo Conselho de Administração e referendada pela Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 2013.

Em 04.09.2013 foram pagos dividendos intermediários no valor de R\$ 1.909, aprovados pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da AGO de 2014.

c.2 Juros sobre o capital próprio – conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, a Administração do Banese registrou, durante o exercício juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 11.744, referente ao exercício de 2013 (R\$ 11.601 - 2012), imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, líquido do imposto de renda retido na fonte. O registro de juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banco da ordem de R\$ 4.697 (R\$ 4.640 – 2012). Os pagamentos de juros sobre capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da AGO de 2014.

Demonstrativo de provisão e pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2013:

	Valor bruto provisionado/pago	IRFF Valor líquido provisionado/pago 15%	
Juros sobre o capital próprio do exercício (bruto)	11.744	(108)	11.636
Pagamentos JCP líquido do IRFF	(11.636)	-	(11.636)
Saldo final do período	108	(108)	-

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receitas de serviços prestados a comenistas	31.353	32.935	70.098	72.720
Administração de fundos de investimento	205	253	205	253
Comissões de arrecadação/pagamento	34.714	37.635	34.714	37.635
Cobrança	3.094	2.865	3.094	2.865
Receitas de garantias prestadas	229	225	229	225
Total	69.595	73.913	108.340	113.698

b. Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Salários	(81.064)	(73.762)	(95.093)	(85.318)
Encargos sociais	(11.868)	(10.496)	(13.083)	(14.736)
NSS sobre salários	(20.578)	(18.258)	(24.576)	(18.258)
Remuneração dos Administradores	(1.798)	(1.709)	(3.001)	(2.627)
Tributos estaduais	(14.423)	(12.752)	(18.598)	(17.168)
Tributos municipais	(264)	(498)	(310)	(498)
Estágios	(1.456)	(1.407)	(1.529)	(1.407)
Total	(131.631)	(118.882)	(156.190)	(140.012)

c. Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Processamento de dados	(8.759)	(9.593)	(9.350)	(14.954)
Serviços do sistema financeiro	(4.723)	(4.332)	(4.723)	(4.332)
Depreciações e amortizações	(14.331)	(11.639)	(18.000)	(14.941)
Comunicação	(7.297)	(7.638)	(14.338)	(13.983)
Serviços de vigilância e segurança	(5.978)	(5.487)	(8.581)	(8.288)
Serviços técnicos especializados	(7.565)	(8.456)	(14.132)	(9.685)
Aluguéis	(2.312)	(1.986)	(3.030)	(2.614)
Manutenção e conservação de bens	(3.853)	(2.947)	(4.948)	(4.951)
Propaganda e publicidade	(2.539)	(3.196)	(3.824)	(7.547)
Material	(1.959)	(2.081)	(3.132)	(3.835)
Serviços de terceiros	(8.363)	(6.963)	(10.677)	(7.600)
Água, energia e gás	(3.054)	(3.476)	(3.525)	(3.955)
Transporte	(5.082)	(4.957)	(5.788)	(6.874)
Promoções e relações públicas	(11.119)	(8.813)	(11.444)	(9.132)
Diárias	(3.500)	(2.500)	(6.205)	(7.438)
Outras	(4.276)	(5.838)	(5.040)	(6.597)
Total	(84.710)	(89.902)	(116.437)	(126.666)

d. Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contribuição ao Cofins	(14.681)	(16.951)	(18.876)	(21.088)
Contribuição ao PIS - Fapep	(2.406)	(2.774)	(3.317)	(3.672)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(5.334)	(4.792)	(7.791)	(6.993)
Tributos federais	(497)	(126)	(498)	(126)
Tributos estaduais	(3)	(5)	(3)	(5)
Tributos municipais	(67)	(73)	(166)	(230)
Outras	(278)	(246)	(282)	(406)
Total	(23.266)	(24.967)	(30.933)	(32.520)

e. Outras Receitas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Recuperação de encargos e despesas	259	313	4.353	313
Reversão de provisões operacionais	3.201	1.246	15.312	1.246
Atualização monetária de tributos	428	90	428	90
Juros, multas e descontos obtidos(*)	-	-	170.960	168.802
Outras	21	-	-	-
Total	3.909	1.649	191.074	170.451

(*) Referem-se a juros, multas e mora recebidos pela empresa de cartões de crédito SEAC, sobre compras faturadas liquidadas parcialmente; reparações de faturas vencidas no a vencer (parceladas); recuperação de faturas registradas como prejuízos e descontos obtidos nos pagamentos a liquidar.

f. Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contribuição ao SFH	-	(1)	-	(1)
Despesas de crédito - descontos concedidos	(245)	(1.214)	(245)	(1.214)
Riscos Fiscais	(998)	-	(998)	(1.645)
Operações Financeiras(*)	-	-	(77.166)	(108.693)
Outras despesas operacionais	-	-	(326)	(15.486)
Total	(1.243)	(1.215)	(78.735)	(127.039)

(*) Referem-se despesas da empresa de cartão de crédito SEAC com tarifas bancárias; juros do Emprestimo Cartão de Crédito (ERCC) e IOF.

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receitas não operacionais	3.120	2.952	3.254	5.692
Lucro na alienação de valores, bens e investimentos	-	-	-	-
Ganhos de capital	441	243	441	243
Reversão de provisões não operacionais	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	211	209	211	209
Atualização monetária	2.468	2.500	2.602	5.240
Despesas não operacionais	(3.577)	(4.822)	(22.361)	(5.326)
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos	(60)	-	(60)	-
Perdas de capital	(514)	(1.834)	(2.468)	(1.794)
Provisões não operacionais	(3.003)	(2.988)	(3.144)	(3.532)
Perdas com créditos comprados - SEAC	-	-	(16.689)	-
Total	(457)	(1.870)	(19.107)	366

21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

As Resoluções nº 4.192 de 01/03/2013 e nº 4.278 de 21/10/2013 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193 de 01/03/2013 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos da Circulares nºs 3.644, de 04/03/2013, 3.652, de 26/03/2013, 3.679, de 31/10/2013 e 3.696, de 03/01/2014 para risco de crédito, das Circulares nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013 e das Cartas-Circulares nºs 3.310, de 15/04/2008 e 3.498, de 08/04/2011 para risco de mercado, e das Circulares nº 3.640, de 04/03/2013 e 3.675, de 31/10/2013 e da Carta-Circular nº 3.625, de 27/12/2013 para risco operacional. Para a parcela de risco operacional, o Banese optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Até 31/12/2013 não havia o requerimento de capital calculado mediante abordagem padronizada (RWACAM), referente às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, cujas exposições fossem iguais ou inferiores a 2% do PR. Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.669/1999, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência foi de 26,82% estando em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN que é de 50%. O Consolidado Econômico Financeiro deixou de ser apurado para efeitos de capital de acordo com as normas atualmente vigentes. O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e os Ativos Ponderados de Risco em 31/12/2013 estão demonstrados abaixo:

	329.141
Patrimônio de Referência	329.141
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido	261.541
Patrimônio de Referência Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	277.167
Capital Principal	277.167
Capital Principal Mínimo Exigido para o RWA	106.994
Capital Social	160.000
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	119.485
Ajustes Prudenciais Exceção Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	(2.317)
Capital Complementar	-
Patrimônio de Referência Nível II	51.974
Autorizados com Base em Normas Anteriores a resolução 4.192 - Com Redutor	88.240
Redutor 0%	47.979
Redutor 40%	40.261
Autorizados com Base em Normas Anteriores a resolução 4.192 - Com Limitador 90%	51.974
Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA)	2.377.468
1. Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPD)	2.084.729
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	325
FPR de 20%	42.648
FPR de 35%	32.930
FPR de 50%	52.988
FPR de 75%	472.251
FPR de 85%	37.105
FPR de 100%	561.409
FPR de 150%	530.502
FPR de 250%	56.785
FPR de 300%	297.795
FPR de 909,09%	3
2. Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPD)	53.755
Periféricas denominadas em real (RWAJUR1)	16.644
Periféricas denominadas em dólar (RWAJUR2)	386
Cupom de moedas estrangeiras (RWAJUR3)	1.246
Cupom de índices de preços (RWAJUR3)	1
Cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	1
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM)	-
Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)	35.478
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)	-
3. Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAPD)	239.163
4. Montante do Patrimônio de Referência apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RRAN)	8.617
Índice de Basileia	8,847
Índice Mínimo Exigido	11,000
Folga	2,846
Índice de Basileia Amplo	13,79%
Folga	2,79%
Mínimo Nível I / RWA Apurado	11,66%
Mínimo Nível I / RWA Exigido	5,50%
Folga de Mínimo Nível I / RWA	6,16%
Mínimo Capital Principal / RWA Apurado	11,66%
Mínimo Capital Principal / RWA Exigido	4,50%
Folga de Mínimo Capital Principal / RWA	7,16%
Margem ou Insuficiência para o Limite de Im	

não necessariamente representam potencial prejuízo contábil para a Organização, pelos seguintes motivos em função de que parte das operações de créditos que estão na Carteira *Banking* é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são "hedge natural" para eventuais oscilações de taxa de juros e que para a Carteira *Banking*, as oscilações de taxa de juros não representam impacto material sobre o resultado da instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de créditos até o seu vencimento.

Título	S/ Vencimento	Banese Múltiplo					Total	
		até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	31.12.2013	31.12.2012	
LFTs e LFT-A	-	123.798	101.196	126.215	53.709	404.918	391.726	
Operações Compromissadas TPF	-	245.002	-	-	-	245.002	13.099	
CVSA/CSVSC	-	-	-	-	37.513	37.513	40.302	
Fundos de Investimentos	52.952	-	-	-	-	52.952	115.844	
CDB e CDI	-	161.373	20.064	-	-	181.437	68.391	
Dts Vinculados ao Crédito Rural	-	33.664	64.699	-	-	98.363	109.730	
Ações	7.390	-	-	-	-	7.390	7.753	
TDA	-	-	12	24	-	36	47	
CRI	-	-	-	5.891	3.315	9.206	12.448	
LCI	-	-	25.386	30.279	-	55.665	-	
Total de Ativos	60.342	563.837	211.357	162.409	94.537	1.092.482	759.340	
Depósitos à vista	584.742	-	-	-	-	584.742	553.928	
Depósitos de poupança	954.734	-	-	-	-	954.734	839.245	
Depósitos interfinanceiros	-	28.191	44.742	-	-	72.933	110.665	
Depósitos judiciais	360.410	-	-	-	-	360.410	265.294	
Depósitos a prazo (1)	-	17.820	35.578	546.852	-	600.250	477.952	
Depósitos especiais com remuneração	363	-	-	-	-	363	313	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	-	109.980	21.995	-	131.975	101.115	
Captação no Mercado Aberto	-	19.882	-	5.445	-	25.327	3.327	
BNDES	-	-	-	6.000	-	6.000	6.365	
FINAME	-	767	4.056	14.190	-	19.013	22.389	
BNB	-	3.509	12.329	43.652	-	59.490	64.726	
Total de Passivos	1.900.249	70.169	206.685	638.134	-	2.815.237	2.445.319	

Título	S/ Vencimento	Banese Consolidado					Total	
		até 3 meses	de 3 a 12 meses	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	31.12.2013	31.12.2012	
LFTs e LFT-A	-	123.798	101.196	126.215	53.709	404.918	391.726	
Operações Compromissadas TPF	-	245.002	-	-	-	245.002	13.099	
CVSA/CSVSC	-	-	-	-	37.513	37.513	40.302	
Fundos de Investimentos	52.952	-	-	-	-	52.952	115.844	
CDB e CDI	-	161.477	20.064	-	-	181.541	68.391	
Dts Vinculados ao Crédito Rural	-	33.664	64.699	-	-	98.363	109.730	
Ações	7.390	-	-	-	-	7.390	7.753	
TDA	-	-	12	24	-	36	47	
CRI	-	-	-	5.891	3.315	9.206	12.448	
LCI	-	-	25.386	30.279	-	55.665	-	
Total de Ativos	60.342	563.941	211.357	162.409	94.537	1.092.586	759.340	
Depósitos à vista	583.949	-	-	-	-	583.949	553.332	
Depósitos de poupança	954.734	-	-	-	-	954.734	839.245	
Depósitos interfinanceiros	-	28.191	44.742	-	-	72.933	110.665	
Depósitos judiciais	360.410	-	-	-	-	360.410	265.294	
Depósitos a prazo (1)	-	17.820	14.612	546.852	-	579.284	473.966	
Depósitos especiais com remuneração	363	-	-	-	-	363	313	
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	-	109.980	21.995	-	131.975	101.115	
Captação no Mercado Aberto	-	19.882	-	5.445	-	25.327	3.327	
BNDES	-	-	-	6.000	-	6.000	6.365	
FINAME	-	767	4.056	14.190	-	19.013	22.389	
BNB	-	3.509	12.329	43.652	-	59.490	64.726	
Total de Passivos	1.899.456	70.169	185.719	638.134	-	2.793.478	2.440.737	

24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ mil:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	25	24
Média	4	22
Mínima	1	21

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2013, o número de empregados do Banco do Estado de Sergipe totalizava 1.123 (1.027 – 31.12.2012), registrando-se, no período, um acréscimo de 9,35% no quadro de pessoal do Banco.

O Banco custeia plano de previdência complementar de contribuição definida (BD) e patrocina o plano de assistência a saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2013 das contribuições estão demonstradas a seguir:

	31.12.2013	31.12.2012
Plano de Previdência Complementar de Contribuição Definida (BD)	4.159	3.829
Plano de Assistência a Saúde	1.733	1.398

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695/2012, e Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sobre a contabilização de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Estado de Sergipe, no reconhecimento de suas obrigações:

Política contábil adotada pelo Banco no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais são imediatamente reconhecidos no exercício em que são originados, conforme estabelece o CPC 33(R1).

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido

O Banese presentemente mantém um único plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados, participantes vinculados e falecidos), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social - SERGIUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Características do plano de previdência dos empregados do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGIUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

Relações de contribuições (Participantes/patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Estado de Sergipe atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20/1998, registrando, ao final do exercício de 2013, a relação contributiva de 1:1 (em 31.12.2012 - 1:1).

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: UP-94 feminina; tábua de mortalidade de inválidos: RP2000 Disabled - feminina; tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas; tábua de rotatividade - nenhuma.

Premissas Econômicas:

Taxa real de rendimento esperada dos ativos do plano: 6,57% a.a.; taxa de inflação futura 5,8% a.a.; custo anual dos juros: 12,75%; rendimento anual esperado (ativos): 12,75%; índice de aumento salarial real estimado 2,60% a.a.; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da entidade: 97,50%; taxa de custeio administrativo: 15% incidentes sobre o custo anual do plano; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE; USB = R\$ 305,28; USC = R\$ 284,94.

Os resultados da avaliação atuarial CVM 695 são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor presente das obrigações com cobertura	471.262	399.548
Custo dos juros	50.764	38.896
Custo do serviço corrente	12.574	15.326
Benefícios pagos pelo fundo	(12.927)	(10.620)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(100.338)	78.039
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa biométrica	(1.006)	-
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa econômica	(156.726)	-
(Ganhos)/perdas do exercício decorrente de experiência	57.394	-
Valor presente da obrigação	471.262	521.189

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor presente da obrigação	521.189	399.548
Custo dos juros	50.764	38.896
Custo do serviço corrente	12.574	15.326
Benefícios pagos pelo fundo	(12.927)	(10.620)
(Ganhos)/perdas atuariais reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(11.279)	(9.780)
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	(22.458)	(2.563)
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	-	-
(Ativo)/Passivo Atuarial	-	2.563

As movimentações do saldo do Passivo/Ativo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31.12.2012	2.563	-
Despesa do exercício	12.824	11.278
Contribuições pagas	(11.279)	(9.780)
(Ganho)/Perda atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(26.566)	-
Efeito do limite de reconhecimento do Ativo Atuarial	22.458	-
Passivo (ativo) atuarial líquido integral em 31.12.2013	-	-

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor presente da obrigação	521.189	399.548
Custo dos juros	50.764	38.896
Custo do serviço corrente	12.574	15.326
Benefícios pagos pelo fundo	(12.927)	(10.620)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(100.338)	78.039
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa biométrica	(1.006)	-
(Ganhos)/perdas decorrente de alteração de premissa econômica	(156.726)	-
(Ganhos)/perdas do exercício decorrente de experiência	57.394	-
Valor presente da obrigação	471.262	521.189

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor justo dos ativos do plano	518.626	408.062
Contribuições recebidas pelo fundo	50.514	110.058
Benefícios pagos pelo fundo	(12.927)	(10.620)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos	(73.771)	27.932
Ajuste na avaliação dos ativos a fair value	-	43.434
Valor justo dos ativos do plano	493.720	518.626

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Custo do serviço corrente	12.574	15.326
Juros sobre a obrigação atuarial	50.764	38.896
Rendimento esperado dos ativos do plano	(50.514)	-
Perdas/(ganhos atuariais) reconhecidos	-	-
Juros sobre o efeito do teto de ativo (asset ceiling)	-	-
Despesa líquida do exercício	12.824	11.278

O Reconhecimento de Outros Resultados Abrangentes do exercício é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	(26.566)	7.930
Variação no teto de reconhecimento do ativo	22.458	(9.780)
Efeito em outro resultados abrangentes	(4.108)	(2.750)

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2013	31.12.2012
Títulos de renda fixa	79%	78%
Investimentos estruturados	3%	4%
Títulos de renda variável	13%	13%
Imóveis	4%	4%
Empréstimos	1%	2%

	Banese Múltiplo		
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Valor presente da obrigação	471.262	521.189	(399.191)
Valor justo dos ativos do plano	(493.720)	(518.626)	408.062
Déficit/(superávit) do plano	(22.458)	2.563	(8.871)

O déficit/(superávit) demonstrado acima reflete a posição do plano SERGIUS conforme as premissas e metodologias de cálculo para fins de reconhecimento contábil de efeitos de benefícios a empregados (Deliberação CVM nº695/2012) posição 31.12.2012, data da última avaliação atuarial realizada. A alteração da situação de deficitária em 2012 para superavitária em 2013 é explicada pela alteração da premissa de taxa de desconto (4,22% a.a. em 2012 para 6,57% a.a. em 2013). Esta mudança está de acordo com a Deliberação CVM nº695/2012, que determina que a premissa de taxa de juros a ser adotada para o cálculo atuarial é: "baseada em negócios praticados no mercado para instrumentos financeiros de primeira linha, apurados na data a que se referem as demonstrações contábeis, em títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade (debtentures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional). Nos casos onde não houver mercado ativo em tais obrigações, devem ser usados os rendimentos de mercado (na data a que se referem as demonstrações contábeis) relativos aos títulos do Tesouro Nacional". Embora tenha sido quantificado em 31.12.2013 superávit atuarial de R\$ (22.458) conforme consignado no parágrafo anterior, referido valor não se constitui um ativo líquido a ser reconhecido pelo Banese, vez que um ativo somente deverá ser contabilizado quando estiver claramente evidenciado que poderá efetivamente reduzir contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro, conforme estabelecido nas regras da precitada deliberação. O montante das contribuições do Banese no exercício totalizou R\$ 4.159 (R\$ 3.829 – 31.12.2012), e foi imputado às despesas operacionais.

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 5,57%a.a	Taxa de Juros de 6,57%a.a	Taxa de Juros de 7,57%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2013	534.415	471.262	419.558

a. Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência a Saúde para seus empregados, com um percentual de aproximadamente 3% da folha de pagamento, e para o Plano Odontológico com 50% da contribuição do associado, os quais são destinados aos empregados ativos, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Empresas consolidadas				
Depósitos à vista (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(793)	(596)	-	-
Depósitos à prazo (1)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(20.965)	(3.986)	(979)	(384)
Juros sobre o capital próprio e dividendos (2)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	(52)	-	(61)
Outras obrigações (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(10.150)	(2.101)	-	-
Outras despesas operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-	(10.150)	(12.122)
Despesas não operacionais (3)				
SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	-		